





MANDATO 2021 / 2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2025

ATA Nº 1/2025

Aos 29 dias do mês de abril de dois mil vinte e cinco, pelas vinte e uma horas, nas instalações da Junta de Freguesia sitas em Vendas de Azeitão (Rua 25 de Abril), deu-se início à sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) a fim de tratar da seguinte Ordem de Trabalhos:

- Período de intervenção do público
- Período de Antes da Ordem do Dia
 - 1. Saudação: 1º de Maio Dia do Trabalhador
 - 2. Saudação: 25 de Abril De Cravo ao peito, caminhando em Liberdade
 - 3. Saudação: Pontificado e legado do Papa Francisco
 - 4. Saudação: 25 de Abril e 1º de Maio
 - 5. Votação da ata da sessão extraordinária realizada no dia 09/01/2024
 - 6. Votação da ata da sessão extraordinária realizada no dia 26/04/2024

Antes de dar início à chamada, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia deu conhecimento que houve alguns pedidos de substituição, nomeadamente, eleita do PS Teresa Andrade, pediu substituição, sendo substituída por Ana Gomes Silva, que por sua vez pediu substituição, estando presente nesta Assembleia Rui Daniel Ferreira Rosário, eleito do PSD Luís Franco Correia, solicitou substituição, estando presente na Assembleia Iolanda Lamas Rebelo.



1

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia ordenou que se procedesse de seguida à chamada, verificando-se as seguintes presenças:

♦ Coligação Democrática Unitária (CDU)

Simão Abel Brito Neves

Patrícia Andreia Weber Marcelino

João José Almeida Carpelho

Ana Isabel Marques de Carvalho

Henrique Pinto Gonçalves

Partido Socialista (PS)

Rui Daniel Ferreira Rosário

Tiago Miguel Dinis Cardoso

Graciete Maria da Conceição Vasco

Gil Aires Parreira Raposo

Partido Social Democrata (PSD)

Renato Gonçalves Araújo Maria do Céu Costa Parreira Iolanda Lamas Rebelo

Partido CHEGA

Nuno Alexandre Borges Macedo Calder

A mesa da Assembleia foi constituída pelo seu Presidente, Renato Gonçalves Araújo, pelo Primeiro Secretário, Simão Abel de Brito Neves e pela Segunda Secretária, Patrícia Andreia Weber Marcelino.



I - Período de intervenção do público



O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, dirigiu-se ao público para saber se alguém queria fazer alguma intervenção.

Pediu a palavra o Senhor Albertino Martins, residente na Rua da Canoagem, lote 26, Brejos de Azeitão,

Disse que a questão que traz à Assembleia é um assunto que já foi apresentado e que é de conhecimento da Junta e da Câmara desde 2015, nomeadamente, que existe um incumprimento de um despacho municipal de um residente que tem no seu espaço uns pinheiros muitos altos, sensivelmente de 15/20 metros, cuja inclinação está sobre a sua casa, que está no lado oposto da rua, e que representa perigo de queda já reconhecido em despacho dos serviços municipais em 09/09/2015 que concluía ser necessário o corte dos referidos pinheiros.

Que ao perigo identificado acresce a queda de caruma, flores, pólen, pinha, resina, ramos, lagartas e consequente ameaça e intranquilidade à insegurança que provoca. E, ainda, há que considerar as despesas frequentes com a limpeza e manutenção dos telhados a que se vê obrigado.

Pedindo, assim, um ponto de situação, tendo entregue na mesa de Assembleia um resumo do seu relato, que será entregue à posterior ao Executivo, por forma a obter resolução.

Seguidamente interveio o Senhor António Carvalho,

Em face da última Assembleia relativa à prestação de contas, apresentou a sua preocupação, enquanto residente em Vendas de Azeitão e presidente do clube C.C.D.B.A., disse que há 20 anos que é presidente do C.C.D.B.A. e que nunca houve qualquer visita ou reunião com o clube, questionando, assim, qual a capacidade dos eleitos das bancadas para falar sobre o associativismo.

Mais disse, que há 20 anos que trabalha gratuitamente para o clube, para Azeitão e outra coletividade, e que as intervenções na Assembleia de Freguesia sobre o movimento associativo lhe causou preocupação dado que considera não haver qualquer conhecimento ou interesse dos eleitos com as associações e coletividades, porquanto nunca ter sido questionado o clube sobre a sua composição, estado ou necessidades.

Interveio o Senhor Presidente da mesa de Assembleia, que em resposta ao freguês António Carvalho disse que a função da Assembleia é monitorizar o trabalho do Executivo, tal como no seu clube haverão de existir assembleias para monitorizar a direção, alertando, assim, o freguês que não se pode substituir às forças políticas representadas na Assembleia de Freguesia.







Disse, ainda, que, como Assembleia ali se encontram para fiscalizar e monitorizar os atos do Executivo e dar as suas opiniões, que representam a população através dos votos e a representação que têm na Assembleia. Considerando aquela intervenção descabida.

Seguidamente interveio o Senhor António Ventura,

Disse que relativamente à limpeza da freguesia, ou a sua ausência, que volta a insistir que gostaria que o Executivo apresentasse o planeamento de limpeza da freguesia.

Relativamente à Rua de São Gonçalo, afirma que a rua se encontra num caos e que urgentemente precisa resolução.

Finaliza a sua intervenção reiterando que estas duas questões são a prioridade da freguesia.

Seguidamente interveio o Senhor José Figueira, residente na Rua de São Gonçalo,

Disse que, além das várias questões apontadas e já conhecidas, existe outra situação que considera preocupante, nomeadamente, que na zona que termina a parte mais urbana e se iniciam as quintas que não há passeios, que a limpeza é pouca ou nenhuma e que os carros ali passam em excesso de velocidade.

Considerando que inexistem passeios, as pessoas são obrigadas a caminhar na estrada e que não é seguro atento o excesso de velocidade com que os veículos ali passam, havendo perigo real de atropelamentos.

Relativamente à Rua da Matosa, disse não compreender o motivo de uma estrada com cerca de 2 km ter cerca de 200 metros sem alcatrão, estando, constantemente, a ser colocada gravilha ao invés de se proceder ao alcatroamento daqueles 200 metros.

Seguidamente interveio a Senhora D. Rita Barreiras,

No uso na sua palavra elogiou o início dos trabalhos na Rua Poeta Bocage, sobre o polémico assunto das baratas, e alertou a Junta de que junto ao prédio n.º 12, desde a saída dos empreiteiros da obra, que existe uma grande rutura de água, que houve cedência dos canos.

Disse que os moradores já se aperceberam que na rua, no lado ímpar, já começaram a levantar as lajetas, questionando o Executivo se as obras irão iniciar e em que datas por forma a que possam os moradores, também, iniciar as desbaratizações dentro de suas casas.

Mais disse que, devido ao temporal, Pinhal Negreiros foi muito afetado com a queda de árvores, havendo ainda algumas caídas e que os moradores têm vindo a proceder à limpeza do bairro, questionando se é possível a colaboração da Junta com os moradores na limpeza do bairro.





Seguidamente interveio o Senhor José Costa,

Disse possuir vários assuntos a apresentar, nomeadamente,

- Faz agradecimento ao Senhor Lima Neves para gentileza e disponibilidade na resolução de questões da via pública.
- Na praça do Rossio, disse que falta endireitar a sinalização vertical de estacionamento de Táxis.
- ♦ Na Rua Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, em frente ao "Doce Arrábida", que há tampas metálicas soltas há 3 meses e que com a ajuda do Sr. Lima Neves esse problema foi resolvido, tal como, na mesma rua, junto ao n.º 77, foi ontem concluída a resolução de um buraco que ali existia há bastante tempo.
- ◆ Sobre as passadeiras, disse que são poucos visíveis e que há atropelamentos em sua consequência. Que a passadeira que se encontra nas traseiras do Bar Morango devia ser mais visível e que deveria ali haver cortes de alguns ramos nas árvores para favorecer a visibilidade.
- ♦ Em Brejos de Azeitão, junto ao Bar do Morango, é importante a reparação de buracos que surgiram, tal como na Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira, em frente ao n.º 46.

Pediu para intervir o senhor Carlos Dias,

No uso da sua palavra felicitou o Executivo pela obra feita na requalificação do parque União dos Moradores em Pinhal Negreiros e questionou qual a data de conclusão das promessas feitas, nomeadamente, da plantação de herbáceas autóctones, do telheiro e da conclusão das escadas.

Relativamente à tempestade Martinho, disse que deixou vários estragos em Pinhal Negreiros, sobretudo em pinheiros que se encontram junto aos passeios, existindo galhos muito grandes pendentes que requerem a atenção do Executivo.

Pediu para intervir o Senhor Manuel Ryder,

Disse que no mesmo território coexistem 2 Azeitões, o Azeitão que vai desde o Jazz, literatura e zumba ao anúncio de obras que serão feitas, um conjunto de iniciativas e investimentos, à exceção das festas e romarias que se destinam a um número restrito de fregueses, mas que é pago por todos.

E o Azeitão abandonado dominado pelo desordenamento urbano, exibindo com total impunidade situações clandestinas, situação de ruas que acabam em muros, barracas de arrumos que se transformam em habitações, os quintais que dão para as ruas onde se criam galinhas, coelhos e porcos, tudo isto em artérias cheias de lixo nas ruas e de ervas nos passeios.

Disse que a arquitetura moderna das novas construções não respeita o enquadramento da região, que existe desleixo nos caminhos de Azeitão, considerando que não se podem chamar de estradas, como é o exemplo da Rua de São Gonçalo.





Questionou, ainda, qual o prazo para os semáforos colocados na variante da Estrada Nacional 379, que segue para Sesimbra, ficarem operacionais.

Não havendo mais nenhuma interpelação por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia, a título excecional, deu a palavra ao freguês António Carvalho,

Tendo o freguês apelado à aprovação do Orçamento em prol dos Azeitonenses e dos clubes, das associações.

Interveio o Senhor Presidente da mesa da Assembleia que clarificou a sua posição quanto aos apoios às associações e clubes, e, ainda, que o orçamento envolve variadas questões pelo que não pode ser aprovado por fases.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, foi dada a palavra ao Executivo.

No uso da palavra a Senhora Presidente da Junta, deu resposta às questões colocadas pelo público.

Em resposta à intervenção do freguês Albertino Martins,

Relativamente aos pinheiros identificados como danosos, disse que, à semelhança do já dito em reunião ocorrida com o freguês e sua esposa, foi toda a documentação apresentada pelo freguês digitalizada e remetida ao Município, uma vez que cabe ao departamento de fiscalização ir à rua e avaliar e resolver a ocorrência, porém, que irá diligenciar por forma a dar conhecimento ao freguês da data da visita do departamento de fiscalização.

Em resposta à intervenção do freguês António Carvalho,

Agradece a intervenção do freguês e disse que, é certo que, o Senhor Presidente da Assembleia disse que o orçamento não é faseado e, de facto, não é, esclarece que o orçamento está discriminado por partes, mas quando é chumbado, é chumbado na sua totalidade, inibindo ou atrasando uma série de realização de trabalhos.

Disse que o Executivo se orgulha do trabalho desenvolvido com todas as associações do território.





Em resposta à intervenção do freguês António Ventura,

Relativamente à Rua de São Gonçalo, disse que esta é a rua mais falada do território e do município e que a mesma carece de uma intervenção mais profunda do que aquilo que aparenta, sendo que a intervenção responsabilidade do município, que a Junta ainda não possui o planeamento para a rua, e que, assim que o tenha, estará disponível para a sua apresentação.

Em resposta à intervenção do freguês José Figueira,

Sobre o corte das raízes e do pinheiro que se encontravam na Rua de São Gonçalo, resultou de uma chamada de atenção da bancada do PS sobre o risco de acidentes e que, não obstante as raízes terem, até então, sido num inibidor de velocidade, concorda com a remoção daquelas raízes em face do perigo que representavam.

Ainda, assim, acompanhando a preocupação do freguês, considera que devem existir no local inibidores de velocidade.

Disse que se trata de uma rua grande e estruturante que carece de intervenção profunda, desde asfalto, passeios a infraestruturas, não sabendo indicar data para a realização das obras.

Quanto à Rua da Matosa, disse que no plano de asfaltamento de 2025 que estes 200 metros não estão contemplados, porém, irá verificar junto do município se existe possibilidade de asfaltar o troço em apreço.

Em resposta à intervenção da freguesa Rita Barreiras,

Sobre a rutura de água, disse que não era do conhecimento do Executivo, porém será comunicado aos Serviços Municipalizados por forma a ser efetuada deslocação ao local com a maior brevidade.

Disse que a Junta já queria ter reunido com os moradores, dado que no âmbito de trabalho de proximidade com a população são feitas reuniões de acompanhamento com todas as intervenções feitas, porém que ainda não tinha sido possível, estando previsto reunir em maio e que se tentará dar ponto de situação da obra no grupo do WhatsApp que está formalizado.

Relativamente às intervenções dos moradores, considerando que movimentos a sós são sempre mais difíceis se mantêm os grupos de trabalho articulados e que será feita reunião por forma a ser agilizado esse trabalho.





Em resposta ao freguês Carlos Dias,

Disse que a arborização é feita no grupo de trabalho e que o que está combinado e que consta em ata no grupo é que não haverá arborização enquanto não houver contador de água, dado que é preciso haver garantia que existirá rega.

Sobre o telheiro disse que se aguarda indicação do arquiteto do município sobre qual o telheiro mais indicado para o local.

Relativamente às marcas deixadas pela tempestade Martinho, disse que deixou em Pinhal Negreiro e em toda a freguesia, que houve mais de 100 árvores caídas, mais de 100 ocorrências nesse dia, muitas ruas intransitáveis, muitas casas sem luz e comunicações e postes caídos na Nacional. E, ainda, que existe uma listagem de locais que ainda precisam de intervenção, pelo que, é sabido que o trabalho ainda não está terminado.

Em resposta ao freguês Manuel Ryder,

Disse que o freguês divide a freguesia em 2 territórios que haverá de corresponder ao antigo São Simão e São Lourenço, a mesma União de Freguesia com pontos de vista diferentes, desde as iniciativas culturais, tendo sido do agrado do Executivo que tivesse começado pela iniciativa do Jazz, atento ter sido este Executivo iniciou pela primeira vez o apoio à cultura.

Sobre a construção e arquitetura, disse que a Junta não possui departamento de Urbanismo.

Sobre as empreitadas, disse que a Junta trabalha em proximidade com as suas empreitadas, porquanto deverá referir-se a alguma do município, convidando a que o freguês especifique a rua em concreto.

Relativamente aos semáforos, disse que o Executivo abordou a necessidade de ser remetido um ofício às Infraestruturas de Portugal sobre a colocação dos semáforos na EN 379, que essa empreitada tem um plano de 90 dias, que crê ainda não terem terminado os 90 dias, que esteve numa reunião, há cerca de mês e meio, com a Infraestruturas de Portugal e que não houve alerta nenhum sobre dificuldades de ligações, motivo pela qual será remetido o ofício a questionar o porquê dos semáforos ainda não estarem ligados.

Por último, disse que o apelo do Executivo para aquele cruzamento era a colocação de uma rotunda, que obriga à redução de velocidades, considerando que os semáforos podem minimizar, mas que não têm impacto suficiente naquele cruzamento, atento a sinistralidade ali registada.





Terminada a intervenção da Senhora Presidente, interveio o Secretário do Executivo, Senhor José Lima Neves.

Em resposta aos fregueses António Ventura, José Figueiras e Manuel Ryder,

No que respeita à limpeza e às ervas, disse que a Junta está no terreno diariamente, sendo as dificuldades conhecidas, nomeadamente, da deservagem, da monda química, e que, apesar de difícil é feito o que está ao alcance da Junta, que os funcionários trabalham várias horas extras e aos sábados. Dando nota que, a freguesia tem 69 km e 300 m e que tem mais de 700 ruas.

Sobre o planeamento, diz que evidentemente que existe, que ocorre a 2, 3 ou 4 semanas antes, e que, como já foi explicado várias vezes, existem locais que após a deservagem ser feita os mesmos ficam 3 meses sem ervas, enquanto outros locais, como por exemplo, a Urbanização da Vinha da Sardinha, é feita a deservagem e passado um mês já carece de nova intervenção, reforçando que está relacionado com as infraestruturas, com o tipo de calçada, o isolamento, o pavê, etc.

Em resposta ao freguês José Costa,

Disse que já reuniu com o freguês 2 vezes e que considera que o Senhor José Costa é um freguês que zela pela freguesia, que levanta, e bem, todos os problemas existentes na freguesia, fazendo, inclusive, trabalhos que competem à Junta.

Fazendo o agradecimento ao freguês.

Sobre a sinalização vertical de estacionamento dos táxis, disse que já foi endireitada e que já está derrubada novamente.

Em relação às passadeiras, disse ser um problema do conhecimento do Executivo e que as mesmas constam no orçamento, porém o mesmo foi reprovado.

Interveio a Senhora Presidente da Junta, que complementarmente à resposta ao freguês Manuel Ryder, informou que o prazo de execução da empreitada dos semáforos é de 75 dias ao invés dos 90 dias, já tendo o aludido prazo terminado em 23 de fevereiro, pelo que já deveriam os semáforos estar ligados, sendo que logo que haja resposta será dado conhecimento.

Interveio o Senhor Presidente da mesa da Assembleia, na qualidade de membro eleito do PSD, Renato Araújo,

Disse que aguarda igualmente os agradecimentos do Senhor Secretário da Junta, dado que também o eleito fez o trabalho de corte de ervas na sua rua.





Relativamente ao planeamento, disse que já foi solicitado um planeamento detalhado pela bancada do PSD em 2022, e que o mesmo nunca foi apresentado.

Disse que, considerando que a gestão do Executivo a olhómetro, a 3 semanas, que tal deveria ser substituído por um planeamento periódico que tenha em contabilização e gestão, inclusive, as horas despendidas em determinados locais designadamente por carecerem menos ou mais de intervenção.

Sobre a Rua de São Gonçalo, que várias vezes é tema trazido pela sua bancada, disse que o Senhor Presidente da Câmara na sua intervenção de tomada de posse, em outubro de 2021, falou sobre 1 das 4 grandes obras, nomeadamente, a requalificação da estrada de São Gonçalo, tendo sido, imediatamente, em sessões de Assembleia pedido que a Junta solicitasse junto da Câmara que tipo de requalificação seria efetuada na Rua de São Gonçalo. Que a Rua de São Gonçalo pode ser uma rua estruturante para desanuviar a Estrada Nacional 10, dado que faz ligação da Estrada Nacional 10 às vias que ligam à autoestrada, podendo ser, assim, uma via importante.

Disse que foi questionado o tipo de requalificação, se é de saneamento, se há de águas pluviais, se tinha passeio pedonal, eventualmente, ciclovia, se as caleiras que lá existem, que na realidade são basaltos soltos que provocam acidentes, porém a única resposta obtida foi que a requalificação seria feita por fases. E, quase a findar o mandato deste Executivo a Rua de São Gonçalo teve apenas umas pequenas obras, continuando tudo por fazer, desde piso, bermas, etc.

Terminada a intervenção do Presidente da mesa da Assembleia e eleito Renato Araújo (PSD), interveio o eleito Gil Raposo do PS,

Disse que, em face da intervenção do freguês António Carvalho, o diálogo é sempre recíproco, e que perante autarcas existe sempre a disponibilidade perante o movimento associativo. Sobre a ausência de contacto do PS com o clube durante os 20 anos, que tal não corresponde à verdade uma vez que já reuniu com o clube em períodos inferiores ao indicado e, ainda, presença em eventos há menos de 1 ano.

Mais disse que, a sua bancada que em breve irá reunir com o clube atento a altura em que nos encontramos.

Sobre a questão dos orçamentos, na visão da sua bancada considera que as questões devem ser descentralizadas e as verbas mais repartidas, motivo pelo qual a sua bancada não se revê neste orçamento.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Disse que a Rua de São Gonçalo não pode ser estruturante, mas que é de facto estruturante, sendo a rua que mais fala em Assembleia.





Sobre as reuniões de Câmara, disse que em nenhuma delas a bancada do PSD ter questionado o Executivo municipal, que tem a responsabilidade de intervenção nesta rua, qual o ponto de situação da rua e que tipo de intervenção seria ou não feita.

Defendendo que as questões devem ser colocadas em local próprio, onde podem obter resposta imediata e clara.

Sobre a chamada de atenção relativa as passadeiras, disse que as mesmas estavam contempladas no orçamento e que devido ao chumbo do mesmo não podem avançar com as intervenções.

Interveio o Presidente da mesa da Assembleia e eleito Renato Araújo (PSD),

Disse que a requalificação da Rua de São Gonçalo já foi objeto de discussão em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, porém, a rua pertence a Azeitão e considera que, fazendo a bancada parte desta Assembleia, pelo que considera que é com o Executivo da Junta que pede os esclarecimentos sobre que tipo de requalificação vai ser, e a questão é cíclica porque nunca houve resposta cabal.

Reitera que todas as propostas de apoio às variadas coletividades de Azeitão sempre foram aprovadas nesta Assembleia por unanimidade, recordando que o orçamento não é só apoios a associações e que, naturalmente, foi reprovado.

Que uma freguesia com orçamento de 2 milhões e 400 mil euros, mais 700 mil euros de transferência de competências, 800 mil euros que vai para saldo de gestão que podia ser aproveitado, ao ser o Executivo questionado sobre as grandes rúbricas que estavam orçamentadas para 2024, quais delas foram concretizadas, ao responder que nenhuma demonstra que este Executivo não possui capacidade de execução nenhumas das grandes rúbricas que estavam orçamentadas, sendo obviamente reprovado.

Terminada a intervenção do Presidente da mesa da Assembleia e eleito Renato Araújo (PSD), interveio o eleito Henrique Gonçalves da CDU,

No uso da palavra disse que ainda não tinha pedido a palavra uma vez que ainda se encontram no período de intervenção do público, tendo havido uma usurpação da ordem de trabalhos por parte do Presidente da Assembleia.

Relativamente à questão dos orçamentos todos sabiam que estavam a criar prejuízo para os fregueses, para a freguesia, e a criar armadilhas ao Executivo da Junta e à CDU.

Disse que, quando se fazem opções são sempre feitas aquelas que mais agrada a que as faz, tal como fez a CDU, não significando que estejam sempre certos, seja uma ou outra parte.



Terminada a intervenção do eleito Henrique Gonçalves (CDU), interveio a Senhora Presidente da

Disse que, considerando que haverá muito a discutir na presente Assembleia, quer na prestação de contas quer no orçamento, que vai apenas fazer um esclarecimento sobre a intervenção do freguês António Carvalho.

Recorda que no dia em que chumbaram o orçamento de Freguesia foram também chumbados os protocolos com o movimento associativo, que estão integrados no orçamento. Que coube sim ao Executivo, mesmo com o chumbo, aprovar nas reuniões de Executivo aprovar um apoio a todas as entidades do movimento associativo.

Dirigiu-se à bancada do PSD e disse que, recordando que todos os protocolos estão inseridos no orçamento, quando a bancada do PSD diz que aprovou todas as propostas que não corresponde dado que em dezembro de 2024 as terá chumbado.

Interveio Presidente da mesa da Assembleia e eleito Renato Araújo (PSD), que respondeu que o orçamento chumbado em dezembro de 2024 foi o orçamento de 2025 e que os 3 orçamentos anteriores foram aprovados.

Mais disse que, o orçamento não foi aprovado originalmente, eventualmente, por culpa da CDU que não trouxe todos os seus elementos à Assembleia.

Interveio a Senhora Presidente da Junta, que pediu que se esclarecesse em que ponto da ordem de trabalho se encontram, porquanto, estavam no período se destinava às intervenções do público e já se interveio num misto de prestação de contas e orçamento.

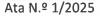
Tendo o Senhor Presidente da mesa da Assembleia esclarecido que se encontram no período de intervenção do público e que as bancadas podem intervir, a Senhora Presidente disse que responderia às questões de prestações de contas e orçamento em momento oportuno.

Pediu para intervir o eleito Nuno Calder do CHEGA,

Disse o seguinte;

Junta,

 Que devido estamos a terminar uma época de bastantes chuvas e maus tempos, que acabou por trazer a nu a freguesia de Azeitão, mostrando que as promessas melhorias prometidas pelo Executivo tanto municipal como da freguesia não se concretizaram.







- Quanto às deservagens e limpeza urbana, disse que se a receita é a mesma os resultados serão os mesmos, pelo que considera que não haverá melhorias dos problemas já existentes.
- Sobre o autocarro que foi requalificado, disse que volvidos apenas dois anos, o autocarro apresenta degradação, pintura baça e ferrugenta, pelo que considerando os custos que estiveram envolvidos nessa requalificação quem irá suportar esses encargos de nova requalificação, se os trabalhos executados possuem garantia ou se será a custo dos contribuintes novamente.

Terminada a intervenção do eleito Nuno Calder (CHEGA), pediu para intervir o eleito Gil Raposo do PS,

No uso da palavra disse que há necessidade de repor a verdade, pelo que, esclareceu que quando um orçamento é chumbado, o orçamento do ano transato fica em duodécimos, portanto existiam todas as condições para se poder executar, tanto que a Junta não parou.

Mais, que os protocolos podiam ser executados e que, inclusive não aumentaram porque não se deu sequência a uma proposta do PS, nomeadamente, de aumento de 20% a nível dos protocolos existentes a nível do movimento associativo.

O Senhor Presidente da mesa da Assembleia deu início ao período antes da ordem do dia, dando nota que a bancada do PSD prescinde deste tempo visto que já fez as suas intervenções durante o período do público.

II - Período de antes da Ordem do Dia

- 1. Saudação: 1º de Maio Dia do Trabalhador
- 2. Saudação: 25 de Abril De Cravo ao peito, caminhando em Liberdade
- 3. Saudação: Pontificado e legado do Papa Francisco
- 4. Saudação: 25 de Abril e 1º de Maio.
- 5. Votação da ata da sessão extraordinária realizada no dia 09/01/2024
- 6. Votação da ata da sessão extraordinária realizada no dia 26/04/2024







A Senhora Presidente da Junta pediu a palavra, esclareceu que não disse que os protocolos não foram executados, mas sim que foram chumbados, que, naturalmente, com o chumbo que trabalharam com o orçamento do ano anterior, e por esse facto puderam os protocolos ser levados a cabo.

Mais, sobre a questão levantada ao Executivo pela bancada do PS na Assembleia anterior, sobre se a Câmara Municipal de Setúbal tinha veterinário municipal, ao qual respondeu que "sim", vem corrigir a resposta prestada, nomeadamente, porque, após averiguação, foi informada que a Câmara Municipal de Setúbal não tem nem nunca teve veterinário municipal, tendo, ainda, sido esclarecida de que é uma figura não exigida por Lei.

A eleita Graciete Vasco do PS, procedeu à leitura da seguinte saudação:

 Saudação: 25 de Abril - De Cravo ao peito, caminhando em Liberdade (Saudação apensa à ata)

O eleito Rui Rosário do PS, procedeu à leitura da seguinte saudação:

 ◆ Saudação: 1º de Maio - Dia do Trabalhador (Saudação apensa à ata)

O eleito Gil Raposo do PS, procedeu à leitura da seguinte saudação:

 Saudação: Pontificado e legado do Papa Francisco (Saudação apensa à ata

Pediu para intervir o eleito Henrique Gonçalves da CDU, disse que não deu entrada na Assembleia da moção da CDU sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, mas que pedia a leitura do texto da moção na forma de saudação.

Assim, procedeu à leitura da saudação: 25 de Abril e 1º de Maio.

(Saudação apensa à ata)

Interveio o Senhor Presidente da mesa da Assembleia que estabeleceu o compromisso de que todas as intervenções das bancadas serão no período de antes da Ordem do Dia e não no período de intervenção do público, mesmo que as forças políticas sejam invocadas.





Não havendo mais intervenções ou questões, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia deu início ao período da ordem do dia.

III - Período ordem do dia

Ponto I

Informação da Senhora Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade da Junta e da situação financeira da Freguesia,

No uso da palavra a Senhora Presidente da Junta disse que, naturalmente, se trata dos primeiros 3 meses do corrente ano e que ali tem, em jeito de nota, algumas iniciativas levadas a cabo, porém, pede que seja dada a possibilidade de outra prestação de contas, considerando que esta é a última, crendo que elencaria todas as reuniões em que o Executivo está presente porque essa é a verdade atividade da Junta.

As reuniões que são feitas com o departamento do urbanismo, com os Serviços Municipalizados, com as veterinárias da Câmara Municipal também, porque realmente para as coisas aconteceram há muito trabalho por detrás disso.

Aproveitando, assim, para lançar o apelo ao(à) próximo(a) Presidente de Junta, que não se esqueça na atividade de Junta poder enumerar os atendimentos que faz com a população, assuntos como os que vieram esta noite, as reuniões com o movimento associativo, quantas mais entidades, que mostrem efetivamente que o dia-a-dia deste Executivo é claramente muito mais do que as fotografias que são publicadas, não obstante serem poucos os registos fotográficos.

Disse que não pode deixar de mencionar a celebração feita do Dia Internacional da Mulher, que considera que continua a ser imperioso que se marque este dia numa sociedade em que direitos que foram conquistados parece que querem que sejam retirados à força.

Que estas iniciativas são importantes e que o Dia da Mulher é todos os dias, mas que seja uma data para marcar os direitos que ainda não estão todos conquistados, para deixar claro as diferença salarial que ainda existe entre homens e mulheres, as diferenças de acesso a cargos de chefia no setor empresarial, a necessidade que ainda temos na composição de listas e uma vez que estamos em tanta campanha da paridade, é gravíssimo que exista uma lei da paridade para garantir que não nos esquecemos das mulheres, por isso que seja uma iniciativa para continuar até se garantir que todos estamos em igualmente.

Em relação à atividade financeira, disse que a documentação foi enviada e deu nota que ao dia 31 de março a Junta estava com uma execução da receita de 36%, que é claramente equilibrado face ao orçamento que temos e ao n.º de meses que temos distribuição das verbas da receita, e uma execução da despesa de 16,71%, e que olhando para a distribuição do ano poderá parecer inferior àquela que é



expectável, pelo que, quer deixar nota na Assembleia a uma série de trabalhos levados a cabo numa daquelas que é a atividade da Junta e que, naturalmente, ainda não está refletida na execução da despesa, como são exemplos:

- A obra da requalificação da Rua Poeta Bocage, Pinhal Negreiros, no valor da ordem dos 79 mil euros.
- ◆ Da construção do novo parque infantil da Aldeia da Piedade, de um valor superior a 25 mil euros.
- ♦ Da construção de 4 parques infantis, celebrados no dia 23 de abril, no valor de 50 mil euros
- ◆ Da aquisição de uma viatura de caixa aberta, no valor de 37 mil euros.
- Da melhoria feita no camião grua para melhores condições ao trabalhador que nele opera, de 10 mil euros.

Pelo que, estamos a falar de valores superiores a 200 mil euros que, se já estivessem sido liquidados, ainda não tendo sido porque as intervenções estão a decorrer, a execução da despesa seria claramente superior, referindo, ainda, o abrigo de passageiros já colocados.

Ficando à disposição para qualquer esclarecimento adicional das bancadas.

Não havendo questões por parte dos membros da Assembleia, o Senhor Presidente deu início ao segundo ponto da ordem do dia.

Ponto II

Prestação de contas relativas ao ano de 2024, com proposta para aprovação.

No uso da palavra a Senhora Presidente da Junta disse que as bancadas receberam, igualmente, a documentação relativa à prestação de contas relativas ao ano de 2024, que se trata de um retrato daquilo que foi a forma de gestão de orçamento do Executivo, dando nota de alguns trabalhos que foram levados a cabo e não foram divulgados em redes sociais, não tendo sido feito campanha eleitoral, nomeadamente:

- Os melhoramentos em áreas de mobilidade e acessibilidades, que foi um investimento considerável em termos de manutenção de passeios, tanto em pavês como calçadas.
- ◆ A colocação de novas mesas e bancos dispersos pela freguesia, alguns já a necessitar de ser substituídos.
- Intervenção na requalificação de lavadouros e fontanários em Vendas de Azeitão e Pinheiros de Azeitão.
- ♦ Intervenção total no cemitério de Vila Nogueira, uma vez que já havia sido feito no cemitério de Vendas de Azeitão.





- ◆ Ao nível da educação, na manutenção do parque escolar, que o investimento feito foi muito além de autoclismos, torneiras, lâmpadas, portas, estando, neste momento, todas as escolas de 1º ciclo e pré-escolar pintadas por dentro e por forma.
 - Salientando a pintura no pátio da Escola pré-escolar de Casal Bolinhos, de acordo com a dinâmica existente de Educação Física.
 - A colocação em todas as escolas do agrupamento, à exceção da Escola da Brejoeira porque já tinha o equipamento, de formação de suporte básico de vida e o equipamento de desfibrilhação automática externa, com formação para professores e assistentes.
 - E que, em obras e bens, além de mesas e bancos, que se trata de valores superiores de 75 mil euros.
- Ao nível da saúde, foi efetuado um apontamento na nova de unidade de saúde familiar, considerando que na área infantil estava pouco carinhosa e infantil às crianças que ali se deslocavam, tendo, assim, equipamento novo, nomeadamente, mesas, cadeiras e uma ilustração do poeta Sebastião da Gama.
- Quanto ao movimento associativo, é efetivamente uma marca deste Executivo, sendo que o investimento foi de cerca de 125 mil euros, claramente superior aos 20% pedidos pelas bancadas.
- Relativamente ao compromisso existente sobre o asfaltamento que faltava no troço da Rua da Mata, cabendo informar que tal foi cumprido.

Havendo, ainda, uma série de intervenções, Dia da Mulher, Dia da Poesia, apresentação do Livro "Sebastião menino que nasceu poeta" no âmbito das comemorações do centenário da Joana Luís e do Sebastião da Gama, as comemorações dos 50 anos do 25 de abril, que crê ter sido o ano em que as comemorações foram realizadas de forma mais democrática, que não coube ao Executivo a escolha direta do que é que seria comprar para adornos, tendo sido estabelecido que seria através de uma apresentação pública, através de um concurso, que seria escolhida a peça a colocar no parque da Bacalhoa II, que teve como elementos do júri, a Presidente da Junta, uma artista setubalense e um membro em representação da população, Graciete Vasco.

Mais:

- Mostrando a ligação que o Executivo tem ao movimento associativo houve, pela primeira vez, uma dinâmica de uma festa só em articulação com o movimento associativo o "Associa-te à festa".
- Os domingos desportivos, o que alguém considera que é o zumba, é muito mais que isso, é a promoção da atividade física de forma gratuita.
- ♦ Todas as dinâmicas de atividades que já conhecidas, o passeio dos nossos jovens com experiência, seniores com idade superior a 65 anos.
- Iniciativas culturais, fados em Setúbal, Jazz na vila, Azeitão Blues experience.

Dando nota de agradecimento aos trabalhadores da Junta de Freguesia, da Câmara de Setúbal, ao movimento associativo e às escolas, que colaboraram em todas estas atividades.



Em face de que, a execução orçamental, relativo ao último orçamento, é superior à de 2023, com uma receita de 94% e despesa de cerca de 77%, frisando que são 6 meses de trabalho com a globalidade do orçamento aprovado.



Pediu para intervir o eleito Gil Raposo do PS,

Disse que, após olhar analítico dos números, se verifica que a taxa de execução do orçamento decresce comparativamente a 2023, e que se não for a questão das funções sociais do plano plurianual das áreas mais relevantes, não há nenhuma área que não tenha tido uma taxa de execução inferior a ano transato.

Que a taxa de execução das festas é boa, lamentando que não seja de igual modo a nível de manutenção das escolas, limpeza, conservação e varredouras.

Considerando, assim, que muito mais pudesse ser feito.

Pede esclarecimentos ao Executivo sobre, a nível dos ativos que há o quiosque no Parque da Bacalhoa, pedindo enquadramento sobre o que se passa uma vez que haveria uma receita de 10.680,00 euros, que são receitas que vão passar para perda por imparidade, questionando o que levou ao incidente, qual era o valor da renda, há quanto dura o incumprimento, quais as diligências já tomadas, o motivo da revogação da licença ou contrato.

Seguidamente pediu para intervir o eleito Nuno Calder do CHEGA,

Reforça que aguarda resposta relativamente ao autocarro, que consta no orçamento de 2023, mas que devido à deterioração que o mesmo apresenta qual o próximo passo a dar e se o empreiteiro que executou a obra terá alguma responsabilidade a assumir sobre a obra executada.

Quanto à página 42, sobre as massas betuminosas para asfalto em que houve um pagamento, no ano de 2024, de 49.390 euros sendo que o saldo era de 70 mil, questiona o que ficou a faltar fazer da obra ou se transita.

Seguidamente interveio o eleito Henrique Gonçalves da CDU,

Que deu nota dos motivos do voto favorável a esta prestação de contas, disse que uma das causas que se apontavam para que o orçamento não fosse aprovado, não só o orçamento anterior como de outros anteriores também, era que o Executivo da Junta governava apenas para Vila Nogueira em detrimento das outras zonas e que, por esta prestação, vê-se que houve intervenções nos passeios em vários locais da freguesia, que houve intervenções no cemitério de Vila Nogueira, mas que já tinha sido feito em Vendas de Azeitão, que houve intervenções em todas as escolas da freguesia, a construção do parque



(SAO LOURENÇO E SAO SIMAO)

infantil da Aldeia da Piedade e, também, a intervenção em Pinhal Negreiros, tal como, mesmo a nível de festividades que é efetuada em vários pontos da freguesia.

Sendo assim, uma demonstração de que este Executivo tem a sua orientação de intervenção para a freguesia na sua globalidade.

Finalizando a sua intervenção com um bem-haja ao Executivo.

Seguidamente interveio a eleita Maria do Céu Parreira do PSD,

Questiona a Senhora Presidente quanto à referência à obra da Rua da Mata, nomeadamente, se a obra está terminada.

Quanto aos abrigos dos autocarros que foram renovados, questiona se foram só alguns ou se já foram todos uma vez que crê ainda haverem abrigos em más condições.

Seguidamente interveio o eleito Tiago Cardoso do PS,

Disse que, em breve análise na prestação de contas, houve uma redução de cerca de 20 mil euros na varredura, na manutenção de jardins e espaços públicos e que houve um acréscimo de cerca de 100 mil euros em festas e romarias.

Que, analisando os dados, houve regressão em relação ao período homologo de 2023.

Que, não obstante, considerar que as festas fazem falta, considera que as mesmas não podem ser priorizadas e superiores a outras de maior importância, como escolas, higiene urbana, manutenção de espaços públicos e jardins. Que não pode a sua bancada apoiar estas prioridades de gestão da CDU e que as verbas existentes deviam ser aplicadas em prol de Azeitão e dos Azeitonenses, pelo que, dificilmente o PS irá acompanhar este documento.

Interveio o eleito Henrique Gonçalves da CDU,

Que recorda à bancada do PS que a taxa orçamental, em bom rigor, será, seguramente, superior à taxa orçamental de 2023, bastando olhar para as obras que serão agora pagas, mas que foram iniciadas anteriormente, pelos valores já apontados que rondam os 200 mil euros, fazendo subir a taxa orçamental circunstancialmente.

Que, tal como a CDU sempre disse, o chumbo do orçamento tem reflexos na execução dos trabalhos da Junta, dado que obriga um trabalho mais pormenorizado, muitos mais estudos sobre as matérias, mais reuniões, por forma a que seja possível conjugar de forma correta e legal, e nesse pressuposto parabeniza o Executivo da Junta e deu nota que continua a haver muito trabalho a concretizar.



Seguidamente interveio a Senhora Presidente da Junta,

Em resposta à bancada do PS, questiona se houve uma análise com real intenção, considerando que estamos em caminho de aprendizagem e atento as questões do PS ao Executivo em Assembleia de há 1 ano atrás, em relação, por exemplo, à sinalização, ao incumprimento e à taxa de baixa execução, que pudessem, assim, reconhecer a taxa de execução.

Que podiam também reconhecer o apoio às obras em instalações do movimento associativo, como é o exemplo do SIMBA que viu a sua sede desejada há anos a ser erguida, tal como, a GMDUD o páteo do Só Li Dó.

Quanto à educação, crê que as bancadas esperam 100% enquanto o Executivo espera um olhar atento de proximidade com as direções, com as associações de pais, com os alunos e serem percebidas as verdadeiras transformações do parque escolar. Dando o exemplo de que, na rúbrica poderá constar 82%, mas que depois há intervenção da equipa de espaços verdes, aquisição de areias, e que nenhum surge na rubrica das escolas, surgindo por exemplo a areia na aquisição de bens.

Reforçando que as transformações estão feitas e são visíveis, tanto em escolas como em movimento associativo.

Que mais podiam ver, como por exemplo, os pilaretes que tem uma taxa de execução de 99%, na página 61, tal como a intervenção no cemitério com taxa de execução de cerca de 94%, tal como a aquisição de 14 desfibrilhadores que, na Lei consta que os espaços públicos devem possuir estes equipamentos, e que o executivo considera que nas escolas é importante a sua existência e que a taxa de execução foi de 100%.

Que há, também, um projeto educativo que este Executivo apoia com o orçamento, que é o projeto Ciência na Nossa Serra.

Mais, deu nota de que, quem vier a fazer prestação de contas de 2025 poderia vir a dizer e não o dirá, devido ao chumbo do orçamento, que tinha no projeto Ubuntu 100% de execução, que este executivo propôs no orçamento para este ano, um projeto para as escolas que o Governo Central retirou.

No que respeita ao quiosque, há uma dívida, que é a que está explanada no documento, e que está a ser tratado com o advogado da Junta e com a fiscalização da Câmara Municipal, esperando a resolução desta situação ainda no presente mandato, bem como, levar a hasta pública aquele espaço.

Em resposta ao eleito Gil Raposo do PS,

Confirmou que a taxa de execução a taxa de execução desceu, porém, também o tempo útil de orçamento total, significando que só quando foi feito a inclusão do saldo foram reforçadas algumas rúbricas, nomeadamente, em junho devido aos sucessivos chumbos, é que o Executivo conseguiu ter a globalidade do orçamento para iniciar uma série de intervenções, como por exemplo as lajetas de Pinhal Negreiros, o Parque Infantil da Aldeia da Piedade e outras.





Disse que o Executivo podia de facto ter feito mais, mas a questão é que não lhes foi permitido pelos membros daquela Assembleia.

E que, tal como dito pelo eleito Henrique Gonçalves, ainda há mais a fazer e que o Executivo o fará, sendo por isso que na prestação de contas, na atividade da Junta foi mencionado o que já poderia ter sido feito se lhes fosse permitido trabalhar desde janeiro.

Em relação às massas asfálticas, disse que o que falta são as faturas por parte da empresa, ou seja, a totalidade das massas foi adquirida, mas que se aguarda as faturas para que a rubrica seja alterada de 40% para 100%.

Em resposta à eleita Maria do Céu Parreira do PSD,

Confirmou que a Rua da Mata está terminada, está concluída, recortada e pintada.

Quanto aos abrigos de passageiros, disse que ainda há muitos para intervencionar, mas que, foram agora, intervencionados 4, 2 na Estrada Nacional que estava muito degradado, um novo abrigo junto à nova paragem de autocarro para resposta ao Centro de Saúde, outro na rua lateral da Escola 2, 3 em face da afluência de alunos que ali apanha o autocarro e outro na Rua Nova da Jardia.

Que existem outros identificados e que esperam levar a cabo a consulta e a sua colocação, ainda este ano, mas que estes processos de administração pública levam algum tempo.

Em resposta ao eleito Tiago Cardoso do PS,

Sobre o eleito ter dito que ali se encontra para fiscalizar as decisões do Executivo, disse que, tomara que a população esteja a fiscalizar as decisões das bancadas, uma vez que considera que as prioridades das bancadas não foi deixar levar a cabo uma série de intervenções, como é o exemplo de que poderíamos ter Pinhal Negreiros com a certeza que a obra estaria feita e não temos.

Em reposta ao eleito Nuno Calder do CHEGA,

Disse que será verificada a situação do autocarro e que na próxima Assembleia de Freguesia será prestado esclarecimento.

Pediu para intervir o eleito João Carpelho da CDU,

Disse que seria importante que estivessem todos conscientes das palavras da Senhora Presidente e da sua intervenção, uma vez que considera que retrata bem todo o trabalho desenvolvido pelo Executivo, nas mais variadas matérias, e que há, de facto, um excelente trabalho deste Executivo.



Seguidamente interveio o Gil Raposo eleito do PS,

Recorda que o PS tudo fez para tentar viabilizar o orçamento, tendo recorrido ao mecanismo do direito de oposição, apresentou as suas posições, que considera que o orçamento é legitimo, havendo quem concorde com o orçamento e quem não concorde, mas que considera que o orçamento não faz jus às necessidades de Azeitão e dos Azeitonenses.

Mais disse que, o orçamento não passou porque 1 membro da CDU não compareceu para a votação e, ainda, que houve revisões nas quais não foram efetuadas quaisquer alterações.

Sobre as taxas de execução, considera que não está tudo bem e que há que trabalhar para melhorar.

Considerando ser lamentável que os munícipes desenvolvam os trabalhos de limpeza e deservagem em substituição da Junta.

Seguidamente interveio o Henrique Gonçalves eleito da CDU,

Sobre a ausência de um membro da CDU para a votação, deu nota de esclarecimento que o orçamento foi chumbado pelo voto contra do PS, CHEGA e abstenção do PSD, e que na votação seguinte, o 5º elemento da CDU estava presente e que, caso o PSD mantivesse a abstenção da 1º votação ao invés de votar contra, o orçamento tinha passado. Portanto é claro que houve intenção de obstáculo ao prosseguimento do trabalho da Junta.

Em reposta ao eleito Henrique Gonçalves, **interveio o eleito Tiago Cardoso do PS**, que disse pretender clarificar que sobre a 1º votação do orçamento houve chumbo pela falta do membro da CDU e que na 2º votação o PS votou contra, mas o PSD e o CHEGA absteve-se, tendo feito passar o orçamento.

Pediu para intervir o eleito Simão Neves da CDU,

Questiona o Executivo sobre se o assunto do Quiosque se está a ser aventada a possibilidade de envolver o município na sua resolução, para efeitos de discussão dívida que, por natureza, é um processo complicado.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Disse ter a sensação de que os documentos vistos por todos são diferentes, dado que está a ser transmitida a ideia de que haviam muitas as rúbricas cujo nível de execução se encontra abaixo de 50%.



Lançado, assim, o repto de enumerar os que estão acima, porque são muitos.

Mais disse que, os que existem abaixo de 50% são:

- Os equipamentos de lazer e de desporto, que tendo sido feita manutenção não houve necessidade de aquisição de novos.
- ♦ A aquisição de equipamentos informáticos, sendo um deles a necessidade de aquisição de para ela própria, que no dia da Assembleia o seu equipamento estava danificado.
- O software e depois todos os outros valores.
- As massas asfálticas, que já esclareceu ao eleito Nuno Calder.
- A manutenção e conservação do chafariz, dado que a intervenção ficou abaixo do valor orçamentado por se ter achado que ocuparia um valor superior.

Em resposta ao eleito Simão Neves, confirma que o Executivo está a ter o apoio do município.

Seguidamente interveio o eleito Gil Raposo do PS,

Esclarece a sua intervenção, que o que pretende dizer é que, em relação a determinadas áreas, em que, por exemplo, a execução do plano plurianual a nível de investimentos foi 47,69 %, nestas, em que há esta média, é fácil ir buscar uma rúbrica que tenha 90%, mas que se ter a média de 47,69%, terá de haver muitas mais abaixo deste valor.

Clarifica que não se referia à globalidade, porque na globalidade não o poderá ser atento a mesma ser 78,11%.

Mais deu como exemplo, a questão das funções económicas do plano plurianual de ações mais relevantes de 49%, que nunca antes se registou, nomeadamente, que em 2023 foi de 78%, em 2022 foi de 74%, havendo uma notória regressão. Tal como o exemplo da página 13 de 244, a nível da despesa com taxa de 48,98%.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Disse que, efetivamente, este valor vem no seguimento das intervenções anteriores, porque no plano plurianual de investimentos consta a obra das lajetas da Rua Poeta Bocage e que em 6 meses não há oportunidade, pelo que o orçamento não está acima ou abaixo daquilo que seria um a vez que o que não houve foi o tempo para a execução dos trabalhos.

Tendo o eleito Gil Raposo reiterado o já dito nas suas intervenções anteriores sobre o compromisso com o orçamento e propostas da bancada, bem como, a gestão de orçamento em duodécimos.



A Senhora Presidente da Junta respondeu que não pode executar se tal não constar no orçamento.

Pelo que, a partir do momento em que o orçamento de 2024 foi chumbado, as rúbricas novas que eram propostas nesse orçamento não podiam ser executadas, porque se estava a trabalhar com o orçamento de 2023.

Que o Executivo tentou que o orçamento fosse aprovado, e que poderia ter optado por trazer à Assembleia rúbrica a rúbrica e mostrar, assim, à população cada projeto e proposta individualizada.

Mais disse que, a bancada do PS trouxe efetivamente propostas, como as ruas para asfaltar, nomeadamente, a pavimentação da Rua do Imigrante, da Rua Casal da Cova em Brejos de Azeitão e da Rua Orquídea Silvestre em Casal Bolinhos, que foi pedido um esclarecimento à Câmara Municipal de Setúbal do motivo destas ruas não serem intervencionadas e, mais, que o Executivo disse numa Assembleia em 2022, que daria sempre prioridade a ruas que tivessem uma forte densidade de construção de habitação.

Porém, também, assumiu que, passado um ano, o Executivo apresentou uma proposta de uma rua que não tem casas, tendo sido explicado o motivo, nomeadamente, porque era uma rua estruturante para retirar o trânsito da Nacional 10, acabando por ter sido essa a escolha.

Tendo sido apresentado na última proposta de orçamento as ruas que, em trabalho articulado, se pretende levar a cabo. Que as ruas propostas pelo PS não estão incluídas, mas que estarão outras.

Relativamente ao Parque Canino, disse que foi respondido que o Executivo iria priorizar os parques infantis.

No que respeita ao movimento associativo, já ficou claro que o apoio dado pelo Executivo foi superior à proposta de 20% da bancada do PS, questionado se há necessidade de ser deixado em protocolo o investimento para movimento associativo e educação, por medo que no futuro não se assuma o mesmo investimento.

A Senhora Presidente pediu ao Dr. Nuno Rocha para intervir visando a prestação de apoio técnico e esclarecimento sobre não se trabalhar em duodécimos.

Interveio o Dr. Nuno Rocha, que confirmou o já dito pela Senhora Presidente, disse que não existe, de facto, o princípio duodecimal nas autarquias e que se aplica o orçamento na íntegra, neste caso o corrigido à data 31 de dezembro passado.

Contudo, relembra que se transitou com um saldo de 755 mil euros, e o saldo apurado no final do ano era somente de cerca de 540 mil euros, pelo que, há necessidade de se ter alguma atenção na despesa que é assumida, uma vez que não se pode assumir na íntegra toda a despesa que está prevista no orçamento.





Não havendo mais intervenções e feita que está a apreciação, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à votação da Prestação de contas relativas ao ano de 2024.

Submetida a votação a Prestação de Contas relativas ao ano 2024, foi a mesma aprovada por maioria com 8 votos a favor (5 por parte da CDU e 3 por parte do PSD), 4 votos contra por parte do PS e uma abstenção por parte do CH.

Aprovado em minuta.

Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto:

Pelo eleito Tiago Cardoso do PS, disse que a sua bancada remeterá por escrito as observações feitas com a Declaração de Voto para a Assembleia.

Pelo eleito Renato Araújo do PSD, disse que considerando ser um mero exercício técnico que não vêm qualquer questão para obstaculizar esta aprovação.

Pelo eleito Henrique Gonçalves da CDU, disse que se congratula com a votação favorável da prestação de conta e que, não obstante o atraso de 4/5 meses de atraso para início de trabalhos e execução do orçamento, se logrou obter uma boa taxa de execução de 78%, sendo um bom exercício.

Não havendo mais Declarações de Voto, o Senhor Presidente deu início ao terceiro ponto da ordem do dia.

Ponto III

Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, respeitante ao ano 2024, para apreciação.

Interveio a Senhora Presidente da Junta que, atendendo que todos os eleitos possuem o documento de inventário, questiona se há alguma questão ao Executivo.





Pediu para intervir o eleito Rui Rosário do PS,

Questiona se, na rúbrica do material que vai ser desclassificado por obsoleto, se a Junta dá alguma utilidade a esse material, nomeadamente, material eletrónico, mobiliário, se é cedido a instituições de solidariedade social.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Respondeu afirmativamente, dando o exemplo das aquisições que foram efetuadas, este ano e o ano anterior, de mobiliário para os serviços administrativos que, por exemplo, em visitas às escolas se houver algum mobiliário que já não esteja em conformidade, tendo esse material é dado baixa do mesmo em inventário e entregue onde o mesmo possa ser reutilizado, podendo ser escolas, movimento associativo ou outras entidades.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente deu início ao quarto ponto da ordem do dia.

Ponto IV

1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025, com proposta para aprovação.

Interveio a Senhora Presidente da Junta que disse que todas as bancadas se encontram na proposta, elencando o seguinte:

- ♦ A necessidade de dotar o setor de higiene e limpeza urbana de mais um encarregado na categoria operacional, atento a existência de pessoas em número considerável para que esta figura exista e que, de acordo com a Organização de Trabalho, é uma figura que faz toda a falta, tal como dotar a mesma figura na manutenção dos espaços verdes.
- ♦ Para os serviços administrativos, há uma alteração do mapa de pessoal para duas áreas, na área de Direito e na área da Contabilidade e Tesouraria.

Deu nota de que, a coordenadora técnica da Junta termina as suas funções por se aposentar, e que era alguém que, efetivamente, dava um grande suporte, nomeadamente, tudo o que diz respeito a processo, a contratação, consultas prévias, todas estas questões de trabalho, tesouraria e contabilidade, pelo que não faz sentido que a Junta não tenha uma figura para dar resposta a este trabalho que era levado a cabo pela Fátima Pereira, sendo que se considera que ,para o futuro e para o bom funcionamento desta Junta, estes elementos serão imprescindíveis.





Pediu para intervir o eleito Gil Raposo do PS,

Disse que a sua bancada não se opõe ao objetivo principal da nomeação de mais encarregados, tudo o que seja um reforço, inclusive porque tem sido isso que têm vindo a defender, nomeadamente, o aumento dos efetivos e, neste caso, todo o mapa pessoal.

A nível dos números ocupados, disse lamentar que se esteja perante o número mais baixo de trabalhadores, desde 2021.

Questiona o seguinte:

- ♦ Em relação aos lugares para criar, face à proposta de dezembro em que haviam 56 pessoas na altura, 17 lugares vagos, 11 postos para criar e 1 para extinguir, traduzindo-se em, aproximadamente, 83 possíveis trabalhadores, qual o motivo da redução de 1 operacional, não obstante o aumento de um lugar vago, mas, essencialmente, o motivo de mudança de 11 para 4, dado que se defende o aumento de trabalhadores e não o decréscimo.
- Atento a nos encontrarmos a cerca de quatro meses das eleições, questiona intenção do Executivo é colocar já esses técnicos ou se acham que é oportuno neste momento, ou se mais vale aguardar pelo próximo ciclo.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Disse que considera fazer sentido deixar já essa situação acautelada atento a morosidade do procedimento concursal e que crê que o procedimento concursal que o Executivo tem em vigor que dará resposta a esses lugares que aparentam ter sido extintos, mas que não foram.

Disse que, foi levado a cabo a reunião de Junta de 26 de novembro, o início do procedimento concursal, que foi colocado em Diário da República a 18 de dezembro e que, à data, o processo ainda não está terminado, querendo, assim, garantir que o próximo Executivo tem no seu pleno aquilo que este Executivo gostaria de ter, nomeadamente, de ter estas figuras já em pleno nas suas funções dentro daquilo que é o organismo da Junta de Freguesia.

Disse que desses 10, corresponde a 3 lugares para a categoria de coveiro, 6 lugares para a categoria de cantoneiro e 1 para assistente técnico.

Assim, em relação aos coveiros, houve 11 candidatos, 3 admitidos e só 2 compareceram às provas; para cantoneiros houve 26 candidatos, 13 admitidos, só 11 compareceram à prova, foram 5 aprovados e só 4 compareceram à avaliação psicológica; e, extraordinariamente, para assistente técnico houve 192 candidatos, 129 admitidos e só 16 compareceram nas provas. É, por isso, é um trabalho moroso que ainda não está terminado.





O Senhor Presidente da Assembleia deu início à votação da Prestação de contas relativas à 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025

Submetida a votação a 1º Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2025 foi a mesma aprovada com 6 votos a favor (5 por parte da CDU e 1 por parte do CH), e 7 abstenções - 4 por parte do PS e 3 por parte do PSD.

Aprovado em minuta

Imediatamente a seguir à votação da proposta anterior, foi proposto por todas as forças políticas representadas na Assembleia, a apresentação de um Voto de Louvor e Reconhecimento à funcionária, Maria de Fátima Basílio Pereira, que se irá aposentar a partir do próximo dia 1 de maio, pelo trabalho prestado à autarquia.

Submetido a votação, o referido Voto de Louvor e Reconhecimento, foi aprovado por unanimidade

Ponto V

Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029), com proposta para aprovação.

Interveio a Senhora Presidente da Junta que disse o Dr. Nuno Rocha, ROC, irá dar apoio técnico nos esclarecimentos

Disse trazer esta proposta por vários motivos, até porque, com a discussão da execução orçamental ainda que tenha um valor percentual inferior ao de 2023, o valor que transita em saldo é inferior ao que transitou no último orçamento. Disse que, como é notório nos orçamentos apresentados, não tem uma receita superior àquela que efetivamente seria, estando a verdade explanada nos documentos e o que acontece agora é que estaria com uma receita superior, no valor de 40 mil euros, em relação ao real valor do saldo que iria transitar para este ano de 2025.

Que a par disso há, naturalmente, algumas alterações no plano plurianual de investimentos em três áreas muito específicas, valor de redução da despesa, motivo pela qual se vem propor esta alteração.

Interveio o Dr. Nuno Rocha, que prestou os seguintes esclarecimentos:

Disse que as alterações a este orçamento são realmente poucas.

Reforçando que, efetivamente, este Orçamento para 2025 difere da proposta apresentada em dezembro de 2024, dado que se referem a praticamente 4 meses a menos para executar algumas das propostas apresentadas em dezembro, pelo que esta proposta tem como base um cumprimento legal.



Assim, aproveitando a aprovação anterior em reunião de Executivo do dia 23, do saldo da gerência anterior de 2024, é feita já aqui a correção do mesmo, uma vez que o outro era efetivamente superior em 40 mil euros face ao que foi aprovado para 2024. E, também, aproveitando, uma vez que o Orçamento de Estado previa um ligeiro aumento na ordem dos 22 mil euros do Fundo de Financiamento das Freguesias também fazer esse ajustamento que decorre da lei.

Cumprindo, assim, dois preceitos da lei, não continuar com o orçamento corrigido com o saldo no fundo empolado, rever o valor em baixa, somente estas duas variações do lado da receita face ao orçamento corrigido que está em vigor atualmente e fazer, também, uma redução, neste caso da proposta de orçamento, em 17 mil euros. De forma a, pelo menos, cumprir com os valores que estão aprovados já em Executivo, e que foram votados há instantes, que passem a estar versados no orçamento.

Pediu para intervir o eleito Rui Rosário do PS,

Disse que a sua intervenção é uma reflexão, antecipando aquilo que deverá ser o sentido de voto da sua bancada, designadamente, que este orçamento não significará algo de novo em relação ao anterior e que a ideia criada é que a justificação do Executivo sobre os assuntos do orçamento e iniciativas entre o Executivo e a oposição, é que é não se deixa a Junta fazer nada, ou que não se pode fazer por ser da competência da Câmara.

Pelo que, disse considerar que esta Junta de Freguesia tem uma vantagem em relação a outras dado que existe uma sintonia político-partidária entre a Câmara Municipal e a Junta, o que deveria permitir um entendimento para quando se diz que não se pode fazer porque é uma competência da Câmara, a Junta tem um canal privilegiado de comunicação com o Sr. Presidente da Câmara.

Recorda algumas das iniciativas propostas pela sua bancada logo no início, quando o 1º Orçamento foi aprovado, que a Senhora Presidente já falou da questão do Parque Canino, que pode ser uma questão menor, mas que é emblemática no sentido em que, se a Assembleia de Freguesia tem algumas competências para aprovar algumas iniciativas, a verdade é que elas, quando são aprovadas, elas caem em saco roto e nunca são retomadas em futuras negociações.

Sobre a sinalização na via da Família Bonze, crê que ainda está por sinalizar que, também, tinha sido aprovado numa Assembleia. Mas que, são casos concretos em que o Executivo mostrou aqui falta de articulação e de capacidade de negociação com as outras forças partidárias, designadamente com o Partido Socialista.

Não obstante, há pontos positivos, nomeadamente, na questão da saúde pública, como é exemplo a instalação de desfibriladores nas escolas, considerando que é uma iniciativa ótima. Tendo aproveitado para sugerir a instalação de um também na piscina municipal, onde inclusive já uma utente faleceu.



Seguidamente interveio o eleito Henrique Gonçalves da CDU,

Disse que a bancada da CDU se revê nesta proposta de orçamento e que percebe que outras forças não se revejam.

Sendo certo, que há sempre maneira de fazer as coisas diferentes, mas, as opções que foram tomadas e que têm vindo a ser executadas, dá a garantia que o dinheiro que esta Junta gera vai em benefício das populações.

Seguidamente interveio o eleito Gil Raposo do PS,

Disse possuir as seguintes dúvidas:

- Que a nível da receita existe uma estimativa de um aumento de cerca de 5 mil euros na receita de espaço público, pelo que, pretende saber qual a previsão em relação a essa situação.
- Em relação à despesa, na parte do investimento, se forem englobados os equipamentos administrativos, ferramentas e utensílios e artigos de objetos e valor, este conjunto de rúbricas rondavam na ordem dos 40 mil euros, na proposta de dezembro passou para 50 mil euros e surge agora com 225 mil euros, pelo que questiona qual é a fundamentação para tal aumento.
- Questiona, considerando que estão a 4/5 meses das eleições, se justifica o valor em relação a estudos, parcerias e consultoria, se irá surgir algo de novo para justificar um aumento praticamente de um terço.
- Relativamente aos abrigos de passageiros, questiona se passou a ser da competência da Junta de Freguesia ou se é da Câmara, e, ainda, se for da Câmara se a Junta ao executar é ressarcida desses valores uma vez que se rondavam os 2 mil euros, passou para 5 mil e agora vai ser de 18 mil euros.
- Em relação ao plano plurianual de investimento, questiona se existe um aumento significativo dos equipamentos informáticos, se existe alguma fundamentação ou alguma necessidade extraordinária para justificar o aumento significativo.
- Em relação à parte de investimento, se há alguma razão para a se ter retirado a rúbrica para a requalificação do Parque do Belcamp
- ◆ Tal como, se houve alguma razão para ser retirado a intenção que existia em dezembro de requalificação dos passeios do Recinto do Mercado.
- Relativamente às placas, sinaléticas e, neste caso, espelhos parabólicos, eram cerca de 2.000 euros, que passou para uma execução de cerca de 3.000 euros, mas passamos agora, em dezembro, para uma proposta de 1.000 euros, surgindo agora em 22.000 euros.
- ♦ Quanto ao plano plurianual anual das ações mais relevantes, questiona, em relação aos serviços de limpeza contratados, se existe alguma razão para o seu término não ser no final do ano, mas sim em período coincidente com as eleições.
- ♦ No que respeita ao apoio das IPSS, não obstante haver concordância da sua bancada, qual é a razão para um aumento de cerca de 80%, nomeadamente, qual é que foi a necessidade que





foi detetada, ou qual é que foi a lacuna no passado daquilo que não foi planeado e executado, e, ainda, quais foram as entidades ou quais foram os projetos que justificam essa situação.

 Sobre os apoios de transporte para as atividades desportivas e culturais, não obstante se concordar e se subscrever, pretende perceber qual o motivo da disparidade a nível do apoio no transporte, para o desporto e para a cultura.

Interveio a Senhora Presidente da Junta,

Em resposta ao eleito Rui Rosário do PS,

Disse que, em relação à Rua da Família Bronze, todas e quaisquer alterações de sentido de trânsito têm que ir à Câmara Municipal de Setúbal. Sendo que a opção destes dois executivos, em trabalho de articulação, foi considerar três estruturas fundamentais, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e População. Pelo que, no mês passado, foram convocados os moradores da Rua Família Bronze e das ruas laterais para apresentar a proposta técnica para alteração do sentido de trânsito.

Após ter ouvido a população, ficaram os técnicos que acompanhavam nesse dia de fazer uma alteração à proposta, porque, realmente, uma proposta de alguém que não está na rua é diferente de quem lá mora e conhece a dinâmica dos espaços, para voltar a apresentá-la à população e depois ser aprovada pela Junta de Freguesia, ir à reunião de Câmara e ser colocada.

Em face de que, o trabalho dessa alteração de sentido de rua já está a ser levada a cabo. Inclusive porque, num direito de oposição o eleito Nuno Calder fez uma chamada de atenção, a qual lhe foi garantido que a proposta seria encaminhada à Câmara Municipal.

E, ainda, que na Assembleia de dezembro estiveram presentes moradores da Várzea, tendo sido constituído um grupo de trabalho, que tem sido feito um trabalho de proximidade e que têm proposta de alterações de sentido de trânsito, que carecem de alteração de sinais, que precisam de novas passadeiras, sendo o motivo pela qual estavam e estão inscritas no orçamento 2025.

Dando nota que sobre as piadosas intenções das bancadas de que a sinalização e passadeiras são importantes, que basta que deixem o Executivo assumir essa responsabilidade e executar a verba.

Em relação aos equipamentos informáticos, que têm vindo paulatinamente a fazer alteração informática dado que alguns computadores que já se encontram obsoletos e tem sido vindo a fazer um investimento gradual.

Disse que sobre mudanças ao orçamento, dificilmente seriam efetuadas novas propostas pelo curto período de mandato que resta, e, ainda, que é natural não haver nada novo porquanto estão a rentar cumprir as propostas já apresentas.



Em resposta ao eleito Gil Raposo do PS,

- ♦ Em relação ao investimento de equipamento, a diferença que faz são que os 40 mil euros está a identificá-los no orçamento apresentado para 2025 e o valor 2025 é respeitante ao global de investimento do ano 2024.
- Em relação aos abrigos de passageiros, respondeu que não viu de quem era a competência, simplesmente viu que faziam falta, tendo verba e tendo sido incentivados por ex-eleitos nesta Assembleia a assumir iniciativas que fossem para a melhoria da população, foi isso que o Executivo fez, assumiu. Tendo o eleito Gil Raposo insistido que, nesse caso, a Junta tem de ser ressarcida pela entidade substituída. Tendo sido respondido pela Senhora Presidente que se estão a substituir à Câmara Municipal de Setúbal, promovendo melhores condições para os azeitonenses, da mesma forma que vimos o município a substituir-se ao Governo Central, garantindo mais saúde e mais educação para os azeitonenses.
- Sobre a diferença de apoio que identifica nas IPSS é porque está a ver 2 documentos diferentes, nomeadamente, que está a confrontar a proposta de orçamento inicial para 2025, e a totalidade do apoio investido em 2024.
- Em relação ao transporte, quer no movimento associativo, na desportivo ou no cultural, que tem havido um aumento significativo de apoio por parte da Câmara em relação aos transportes, o que faz com que esta rúbrica não tenha o valor tão elevado como inicialmente se supôs.
- Sobre o valor de transporte para o movimento associativo foi de 1000 euros dado que não houve pedidos de apoio para esse efeito. Mais disse que, na semana passada houve pedido de transporte de uma IPSS da Casa do Povo, que entrará na próxima reunião de Junta.
 Que no ano anterior não houve e havendo necessidade de alteração do valor que será alterado.
- Em relação aos estudos, parcerias e consultoria, há um incremento de 11 mil euros, por isso havia um valor de 22.140 euros e agora temos 33 mil euros, que, naturalmente, com a saída da coordenadora que é preciso um apoio e que, enquanto não há, o Executivo tem de procurar esse apoio.
- Em relação às ferramentas e utensílios é, claramente, o que já se explicou, está a comparar um orçamento total de 2024 com o orçamento proposto inicialmente para 2025.
- Sobre a retirada do Parque do Belcamp, parece lógico, porquanto em seis meses o Executivo não conseguir realizar essa intervenção.
- Em relação aos passeios do recinto do mercado, em articulação com a Câmara Municipal de Setúbal, foi considerado que ao invés dos passeios, há uma proposta alternativa para a área circundante à via.

Interveio o eleito Henrique Gonçalves da CDU, que disse ter ficado agradado com a justificação dada pela Senhora Presidente, pretendendo, também, esclarecer que os abrigos dos autocarros é uma competência da Junta de Freguesia, a não ser que as passadeiras estejam concessionadas, não se colocando, assim, questões de substituição de competências.





Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu início à votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029).

Submetida a votação o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025 (2026/2027/2028/2029), foi o mesmo reprovado com 5 votos a favor por parte da CDU, 7 votos contra (4 por parte do PS e 3 por parte do PSD), e 1 abstenção por parte do CH.

Aprovado em minuta

Foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto

Pelo eleito Gil Raposo do PS,

Disse que, ao contrário do que se tentou transmitir na Assembleia, e que nunca será verdade, o PS entende a importância que uma gestão tem de ter o seu orçamento, que o PS, desde o princípio, sempre cumpriu com as suas funções e obrigações e sempre procurou, de forma sincera, a viabilização de orçamentos, recorrendo, para isso, ao estatuto de direito à oposição, sinceridade nas suas declarações de voto, disponibilidade, se fosse necessário para reuniões de concertação e apresentação de propostas, porém, o que aconteceu não foi, realmente uma procura por parte do Executivo CDU em promover concertação.

Recorda que, no ano passado, houve uma proposta de orçamento, que teve previamente um estatuto de direito à oposição, que foram apresentadas as propostas da sua bancada e que se fossem as mesmas contemplada, não teria sido dado oportunidade ao PS de votar contra.

Disse que é uma questão de bom senso, dado que nada do que o PS apresentou, ou pelo menos uma grande parte, era inexequível. Tal como não foram contempladas as de outras forças políticas.

Quis relembrar o exercício anterior em que, para além da sua bancada ter votado contra, o que mantêm, porque considera o orçamento era mau, que havia uma má distribuição das verbas e não havia realmente uma descentralização da aplicação de verbas por todo o território.

Após, houve um novo orçamento, que como já foi dito, foi vergonhoso dado que nada havia mudado do orçamento inicial. Sendo, assim, o histórico de alguém que não quer realmente procurar concertação. Tendo havido, sucessivamente tentativas de um orçamento.

Que desde dezembro até à data, não houve qualquer tipo de proposta, qualquer tipo de procura de concertação para eventualmente de se conseguir viabilizar e ser dado melhores condições a este Executivo.

Frisa, novamente, que se está perante um saldo de gerência superior a meio milhão de euros, sendo um dos maiores orçamentos desta Junta de Freguesia.



Mais, que quando olha para o orçamento, não discorda de tudo, que existem dotações com as quais concordam, nomeadamente, em matéria social e de apoio associativismo, porém que existem outras que são más e que não vão ao encontro à posição do PS.

E que uma situação que, ao longo deste mandato, têm vindo a frisar é a questão de existir uma vontade, um reverter significativo daquilo que é adjudicações a privados, nunca se tendo sentido que houvesse realmente uma mudança realista em relação àquilo que é a possibilidade da execução por parte do poder local democrático e daquilo que é realmente o aumento das adjudicações e, como aqui se viu, o ciclo desde, praticamente, 2021 em que há menos funcionários efetivos.

Em relação à priorização de algumas rúbricas, como as festas, em detrimento de outras, como a conservação de escolas, a sua bancada não se revê.

Mais relembrando que, a distribuição de verbas a nível dos investimentos é centralizada apenas em algumas localidades de Azeitão e não é, como aqui já foi distribuída para a porta de todos os azeitonenses.

Face a esta situação, grande parte, se não a totalidade, da declaração de voto da última sessão em relação ao orçamento, protele assim para a posição do PS para esta proposta.

Em zelo pela freguesia, disse que a bancada do PS está preocupada com esta gestão do honorário público, que, no entanto, ficam descansados dado que a Junta de Freguesia com ou sem duodécimos não fica órfã de orçamento para poder funcionar a sua gestão corrente e fazer, inclusive, alguma obra até ao final deste mandato.

Contudo, lamenta a apresentação desta proposta pela forma e pelo seu conteúdo, considerando que não é nutrida de qualquer intenção de concertação ou então é de um amadorismo político tremendo.

Pelo eleito Renato Araújo do PSD,

Disse que os eleitos do PSD, após atenta análise ao presente orçamento, não identificaram quaisquer alterações significativas ao anteriormente apresentado, continuando este orçamento e grandes opções do plano para 2025, sem priorizar as reais necessidades dos azeitonenses, que se poderiam concretizar com a verba existente.

Que é, e foi igualmente claro, que com o findar do ano civil 2024 e em jeito de balanço, já feito na anterior sessão da Assembleia de Freguesia, e confirmado pelo próprio Executivo, não se cumpriram ou executaram rúbricas importantes a que se tinham proposto, nem tão pouco tiveram a capacidade de as concretizar ou até mesmo de as iniciar.

Mais, que os eleitos do PSD, mesmo com sua abstenção, deram sempre um voto de confiança ao Executivo em três anteriores aprovações do Orçamento, mas pelos motivos referidos não puderam aprovar o presente Orçamento, acrescendo o facto de que desde dezembro de 2024 o Executivo nunca



procurou juntas as forças políticas representadas nessa Assembleia, procurar uma concertação ou até direita oposição para se verificassem as propostas, neste caso do PSD, pudessem ser, eventualmente, acomodadas no orçamento para que o mesmo fosse viabilizado.

E aliás, ficou bem claro, se houvesse a abstenção da bancada do PSD, o orçamento teria sido aprovado.

Pelo eleito Nuno Calder do CHEGA,

Disse que a posição da sua bancada foi de abstenção, não sendo isso sinal que concorde com o orçamento que foi apresentado.

Que em várias questões difere da nossa visão para o território de Azeitão, porém que respeita a visão do Executivo.

Mas que, acima de tudo, a mudança de posição da sua bancada, deve-se ao respeito pelos fregueses, que têm andado pelo território e têm, cada vez mais, ouvido os fregueses, pelo que têm sentido a necessidade dos fregueses de um orçamento aprovado.

Pelo eleito Henrique Gonçalves da CDU,

Disse que a sua declaração de voto se justifica tendo em conta algumas intervenções que fez, relativamente àquilo que foram as prestações enquanto oposição, quer por parte do PS quer por parte do PSD, e que, como já disse anteriormente, verificou-se neste exato momento que o PS faz uma boa oposição, que o PSD também faz uma boa oposição, mas que considera que estão demasiado radicalizados aspeto da atividade autárquica.

Mais disse que, apesar da sua larga experienciam nunca antes viu tanta divergência e tantas opiniões diferentes, porém, mesmo nessas circunstâncias, que acredita que se o Executivo apresentasse as propostas de forma individualizada que, quer o PSD quer o PS, provavelmente estariam a favor de mais de 90% mesmas.

Lamentando que, por uma questão de 2% ou de 5% o orçamento seja reprovado, sendo por isso que considera que a participação efetuada enquanto oposição, que deita tudo a perder, sendo Azeitão o perdedor.

Interveio o Senhora Presidente da Junta que agradeceu as intervenções de todas as bancadas e que disse o seguinte;

 Sobre o término de obras, que já foram as bancadas convidadas para o convívio da obra de Pinhal Negreiros, tal como, no próximo mês, no parque infantil da Aldeia da Piedade e, ainda,



que não houve convites para convívios e inaugurações de outros parques infantis porque a prioridade eram os meninos da escola.

- ◆ Frisa que, em relação ao PSD, não houve nenhuma proposta por parte do PSD para a construção do orçamento de 2025.
- Deu nota que a Junta continuará a trabalhar e o elencar destas obras e outras iniciativas demonstra isso mesmo.

Pediu para intervir em relação às comemorações dos 51 anos do 25 de Abril,

Disse que, era vontade de muitos que fossem canceladas as comemorações, porém por todo o país e no concelho de Setúbal vimos que as demonstrações daquilo que é viver em liberdade estão presentes, e como dizia a Graciete Vasco na saudação apresentada, não nos foi dada, foi conquistada, há quem nos queira roubar.

Por isso, e como referiu aquando do concerto, quem nos queira roubar essa liberdade que se esforce, que se esforce mais, porque nós estaremos cá todos os dias para lutar e para garantir que aqueles que lutaram por nós para que estivéssemos em liberdade continuem a ser honrados, e uma vez que não há nenhuma Assembleia antes das próximas eleições, faz o apelo aos azeitonenses de uma ida à urna para as eleições legislativas.

Interveio o eleito Renato Araújo do PSD que questiona, após o chumbo do orçamento, qual foi a data que o Executivo convocou o PSD para o direito à oposição para apresentação das suas propostas, tendo a Senhora Presidente respondido que, após o chumbo do orçamento, não houve qualquer convocação porque quando o fizeram anteriormente não houve apresentação de propostas.

Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia, submeteu a votação a aprovação da ata n.º 1 da Sessão extraordinária realizada no dia 09/01/2024 e da ata n.º 2 da Sessão extraordinária realizada no dia 26/04/2024, ambas aprovadas por unanimidade.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, foi submetida a votação a aprovação da Ata em minuta da presente sessão de Assembleia de Freguesia, que foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Não havendo mais a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, à uma hora e quarenta minutos, do dia seguinte, da qual para constar se lavrou a presente ata, constituída por 36 folhas, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cláudia da Silva,

O Presidente da Assembleia de Freguesia, 11 ha

Saudação

25 de Abril – De cravo ao peito, caminhando em Liberdade

De cravo ao peito celebramos mais um aniversário do 25 de Abril de 1974 e recordamos a madrugada pela qual tantos esperaram.

Celebramos o dia que pôs termo ao mais longo regime autoritário na Europa Ocidental do séc. XX e que marcou o início do fim de 48 anos de profundas desigualdades e repressão.

Celebramos o desmoronar de um aparelho estatal opressor e dos seus mecanismos de subjugação, que, durante décadas, limitaram as liberdades individuais e coletivas do povo português, remetendo Portugal para um estado de estagnação decadente e putrefacto.

Celebramos 51 anos de Liberdade e todos os importantes avanços sociais, económicos e culturais que contribuíram para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, coesa e heterogénea.

Assente naquele que foi considerado um processo de transição democrática exemplar — em especial por ter sido conduzido através do envolvimento dos cidadãos e da promoção da participação cívica enquanto direito e dever, mas também como fator imprescindível para a construção de uma sociedade onde todos contam — o regime democrático foi construído por mulheres e homens que ousaram sonhar com um país melhor.

No entanto, e apesar da democracia portuguesa ser considerada uma democracia plena, não quer dizer que não enfrente desafios. Portugal tem enfrentado um contexto particularmente difícil no que concerne ao aprofundamento das desigualdades sociais, nomeadamente em áreas como a habitação.

Contudo, algo que não pode ser ignorado – e que temos vindo a referir repetidamente – é o surgimento de movimentos e partidos que ameaçam tudo aquilo que foi construído nos últimos 51 anos. Estes têm vindo a fortalecer-se, penetrando nas várias camadas da nossa vida coletiva e individual, através da normalização do discurso de ódio, usado como estratégia de difusão de desinformação, fomentando hostilidades e promovendo violência.





É nosso dever reconhecer o extremar de posições como uma ameaça real e não abstrata à Democracia, sem ignorar a responsabilidade de cada um de nós de se posicionar inequivocamente contra tal, pugnando por exercer, de forma esclarecida, direitos e deveres que não foram dados, mas sim conquistados.

Cabe, assim, a cada um de nós celebrar Abril não só no dia 25, mas todos os dias, construindo a diariamente a Democracia.

Prestando homenagem a todas aquelas e aqueles que, desejando mudança e liberdade, desafiaram um sistema repressivo com décadas de existência e se atreveram a tornar realidade o sonho, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam quem, no seu dia-adia, trabalha para concretizar os desígnios de Abril e salvaguardar o legado coletivo que nos foi confiado.

Viva o 25 de Abril!

Viva Setúbal!

Viva Portugal!

Azeitão, 29 de Abril de 2025

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão

A

Saudação

1º de Maio - Dia do Trabalhador

Ao longo da história, homens e mulheres, combateram por melhores condições de vida, com o objetivo de diminuir a exploração e as desigualdades para a garantia da existência de uma vida digna.

Em todo o tempo, a evolução civilizacional dos povos tem acompanhado alterações significativas no mundo laboral. As relações de trabalho entre patrões e trabalhadores têm sofrido transformações ao nível da organização; nos horários; no direito ao descanso; na realização profissional ou na progressão da carreira. Mais recente, juntou-se também a preocupação da conciliação entre a vida familiar e profissional e a dignificação do trabalhador por conta de outro.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, as relações de trabalho constituem sempre um difícil trabalho inacabado. A instabilidade política; a incerteza potenciada pelos extremismos e os conflitos armados internacionais provocados pela insanidade dificultam hoje o diálogo entre trabalhadores e empregadores.

Muito embora o contexto de incerteza apresente dificuldades acrescidas, a liberdade conquistada há 51 anos permite-nos hoje um amplo leque de possibilidades e de caminhos a seguir.

Nesse sentido, as comemorações do 25 de Abril e as homenagens aos trabalhadores pelo 1º de Maio devem ser momentos de celebração, mas também de esclarecimento e definição de caminhos para o progresso e para a coesão social.

O país deve estar focado na construção de um futuro mais justo e mais próspero para todos. A classe política deve promover um clima político estável e transparente, que permita a Portugal um novo impulso rumo ao desenvolvimento, onde o direito a habitação esteja garantido, onde o Serviço Nacional de Saúde se mantenha forte e responda às necessidades da população e onde a Segurança Social cumpra a sua missão na mitigação das

4

desigualdades. Um novo impulso que permita aos trabalhadores receber melhores salários e com períodos de trabalho mais curtos.

A Agenda do Trabalho Digno foi, no passado recente, um passo muito importante no caminho da valorização salarial, no combate à precariedade laboral, na promoção da contração coletiva e na conciliação entre a vida profissional e familiar. As preocupações do passado, aliadas às problemáticas que surgiram após a pandemia, levaram à criação de medidas que melhoram e equilibraram as relações laborais e que dignificaram e valorizaram os trabalhadores.

Essa conquista que marcou um ponto de viragem nas relações laborais no caminho da justiça e do equilíbrio no diálogo social não pode ser agora colocada em causa por aventureirismos ou dogmas politico-doutrinários. A recente intenção de voltar a debater o banco de horas; o outsoursing; o período experimental ou a possibilidade suspensão de despedimentos pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) poderá representar um forte retrocesso nas conquistas e avanços conseguidos nos últimos anos. A liberdade é, sobretudo, responsabilidade. Retroceder nos direitos dos trabalhadores seria agravar as dificuldades de quem vive do seu salário.

Conscientes que a luta se faz todos os dias, na procura de direitos e da sua consolidação, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam:

- 1. Os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Setúbal, os trabalhadores municipais e de freguesia e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais; e para a melhoria das condições de trabalho e de vida;
- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.

4

1

Azeitão, 29 de Abril de 2025

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão



Saudação

Pontificado e legado do Papa Francisco

O pontificado do Papa Francisco representou a renovação da igreja, com um olhar de bondade, simplicidade e proximidade humanista. Uma visão que incluia "Todos,Todos,Todos"

Desde a sua eleição em 2013, escolheu o nome de Francisco, evocando São Francisco de Assis, compromisso com o desprendimento material e ligação às causas ambientais.

A sua liderança foi única e fundamental, num mundo em mudança, com carências crescentes de fraternidade, de tolerância para com o próximo e de paz.

Sempre demonstrou coragem para enfrentar e desafiar outras lideranças mundiais a fazer o seu papel nesses grandes desafios contemporâneos com um olhar católico e humano.

Sempre próximo de todos, soube aproximar olhares diferentes na prática religiosa. Fez dos pobres, dos migrantes, dos jovens, dos idosos, das mulheres, das minorias e sobretudo de todos os que mais sofrem uma prioridade no seu pontificado.

Os membros da Assembleia de Freguesia de Azeitão saúdam, portanto, o seu mandato como sendo um testemunho de profundo compromisso com a humanidade toda em busca de simplicidade, paz e justiça. O seu exemplo perdurará.

Azeitão, 29 de Abril de 2025

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão



Saudação

50 anos do 25 de Abril – 50 anos de Liberdade

2024 é o ano em que assinalamos um dos mais importantes dias da nossa vida coletiva.

O dia em que celebramos o culminar dos esforços e da vontade de um povo.

Foi, a 25 de Abril de 1974, que terminou o mais longo regime autoritário na Europa Ocidental do séc. XX, o qual, durante 48 anos — 7 de Ditadura Militar e 41 de Estado Novo —, contribuiu para o aprofundar das desigualdades, com a limitação das liberdades individuais e coletivas, através da utilização de mecanismos de opressão e subjugação.

Assim, no próximo dia 25 de Abril, celebramos aquilo que foi o início de um longo caminho de instauração, transição e consolidação democrática, mas também de importantes avanços sociais, económicos e culturais, que contribuíram para a construção de uma sociedade livre, inclusiva, igual e heterogênea.

A transição democrática portuguesa é considera um exemplo de uma transição de regime bem-sucedida, não só porque levou à construção e consolidação de um regime democrático após décadas de autoritarismo, mas também porque foi capaz de envolver os cidadãos nesse processo, em especial nas suas comunidades locais, ao promover a participação cívica e assim, a construção de uma sociedade de todos e para todos.

Contudo, Portugal não está imune à onda de retrocesso e consequente enfraquecimento da democracia, algo que se faz sentir um pouco por todo o mundo, com a proliferação de movimentos e partidos de extrema-direita, com o extremar de posições políticas e ideológicas e com a normalização do discurso de ódio, os quais dão força às aparentes soluções de génese autoritária.

Assim, mais do que nunca, é importante comemorar este dia, celebrando pública e efusivamente os valores da Democracia, reconhecendo que, apesar de tudo, nada está garantido.



Cabe a todos nós, no nosso dia-a-dia e enquanto cidadãos, construir a Democracia, protegendo-a dos ataques, não tão subtis, de quem gostaria de impor, mais uma vez, a sua vontade à de um povo.

Celebrar Abril, é celebrar o fim de décadas de repressão e opressão e o início de um período marcado pelo progresso e pelos avanços, que nos conduziram até aos dias de hoje. É prestar homenagem a todos aqueles e aquelas, que publicamente ou no seu anonimato, deram voz aos anseios de um país, que desejava mudança e liberdade, defendendo aquilo que tanto trabalharam para construir, pelo qual foram presos e torturados, pelo qual tiveram de fugir, submetendo-se à clandestinidade e pelo qual deram a sua vida.

É nossa responsabilidade celebrar coletivamente Abril. É responsabilidade daqueles que em 1974 se tornaram livres e daqueles que nasceram já em Liberdade, pois é nosso dever proteger o que construímos ao longo dos últimos 50 anos, como legado coletivo da sociedade portuguesa, para a contínua e ininterrupta consolidação da democracia e dos seus valores e para a construção de um Portugal cada vez mais Igual, Justo e Solidário, onde não há lugar para o retrocesso, discriminação, violência ou intolerância.

Celebrar Abril deve ser um exercício diário de cidadania e de defesa de um legado com qual fomos confiados, que é tão individual como coletivo.

Abril é de todos! Abril somos nós!

Viva o 25 de Abril! Viva Azeitão!! Viva Setúbal!! Viva Portugal!

Azeitão, 29 de Abril de 2024.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão:

Tiago Cardoso Graciete Vasco Gil Raposo Rui Daniel 1



Saudação

1º de Maio - Dia do Trabalhador

Neste ano, em que assinalamos os 50 anos do 25 de Abril, celebramos também 50 anos de importantes avanços sociais e económicos, alcançados através da consolidação dos direitos dos trabalhadores, que, com a Revolução dos Cravos, voltaram a comemorar o Dia do Trabalhador e iniciaram um importante percurso para o reconhecimento, valorização e dignificação do seu trabalho.

Assim, celebrar o Dia do Trabalhador é também celebrar Abril, a Liberdade e a Democracia.

A luta pelo reconhecimento e consolidação dos direitos laborais, pelas reivindicações e legítimas aspirações dos trabalhadores, é um ato contínuo e fundamental para o progresso da nossa sociedade democrática, construída diariamente sobre os alicerces da Igualdade, Solidariedade e Justiça, para o qual todos devemos procurar contribuir e do qual o poder politico não se pode desassociar.

Desta forma, cabe a este último promover a criação das necessárias pontes de diálogo, com vista à procura de respostas para as necessidades dos trabalhadores, acompanhando assim as suas preocupações e os seus anseios, para a construção de um mundo do trabalho com mais direitos e com mais dignidade, pois só o diálogo e a concertação trazem soluções.

Foi neste sentido, que há cerca de 8 anos, o Governo liderado pelo Partido Socialista iniciou um caminho, junto de todos os trabalhadores e trabalhadoras, para a efetiva consolidação dos direitos laborais, para a criação de mais e melhores condições de trabalho, para a promoção do equilíbrio entre a vida profissional, pessoal e familiar e para promoção da igualdade de género no local de trabalho.



Esse caminho, que espelha o compromisso do Partido Socialista com a luta contra a precariedade e com a valorização dos trabalhadores, teve início com a devolução de direitos sociais e laborais que tinham sido retirados e levou à criação de novos direitos, ao aumento dos rendimentos dos trabalhadores e reformados, à recuperação da economia, ao aumento do emprego e, consequentemente, à diminuição do desemprego.

Em 2023, Portugal assinalou o Dia do Trabalhador com a entrada em vigor da Agenda para o Trabalho Digno, um documento que reflete esse compromisso, mas também a valorização do diálogo social, que tornou possível a criação de soluções, que vieram dar resposta a problemas há muito identificados, mas também a novos desafios, potenciados pelo contexto pandémico e póspandémico.

A Agenda para o Trabalho Digno, que vira para o futuro a agenda laboral e os direitos dos trabalhadores, é um documento inovador, que tem como objetivos (1) combater a precariedade, valorizar os salários, incentivar o diálogo social e a negociação coletiva, (2) promover igualdade no mercado de trabalho entre mulheres e homens, (3) criar condições para melhor o equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e (4) reforçar os mecanismos de fiscalização.

De forma a concretizar estes objetivos, foram criadas 70 medidas, das quais são exemplo o aumento do subsídio quando as licenças parentais são partilhadas, de forma igual, entre pai e mãe, a criação da licença por luto gestacional, a limitação da duração dos contratos temporários, passando os mesmos a poder ser apenas renováveis por 4 vezes, o reforço da proteção dos direitos dos jovens trabalhadores-estudantes, passando estes a poder acumular o abono de família e as bolsas de estudo com o salário, a proibição da utilização de outsourcing durante um ano após um despedimento coletivo ou por extinção de posto de trabalho e a implementação de medidas de discriminação positiva para as empresas com contratação coletiva dinâmica no acesso a apoios públicos nacionais e europeus, bem como a incentivos financeiros e fiscais.



Este documento representa o culminar do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, tendo, em paralelo com os 9 aumentos do salário mínimo nacional, o aumento consistente do salário médio, o aumento do peso das remunerações na economia, para 47% do PIB, e a redução dos impostos sobre as famílias, contribuído para o esforço realizado para a consolidação dos direitos laborais e sociais e para a promoção da melhoria da qualidade de vida dos portugueses.

No entanto, não podemos dar como garantidos os avanços e direitos alcançados até agora.

É fundamental defender os interesses dos trabalhadores, salvaguardar os seus direitos, promover o diálogo e procurar continuar este caminho marcado pelo progresso, não dando nem um passo atrás.

Salvaguardar os direitos laborais e sociais é imprescindível para defesa da própria Democracia. Dar um passo atrás representaria um retrocesso profundo, face aos avanços dos últimos 50 anos para a efetiva valorização e dignificação dos trabalhadores.

Neste Dia do Trabalhador, no ano em que celebramos os 50 anos do 25 Abril, prestamos especial reconhecimento ao papel determinante destes homens e mulheres, que diariamente, através do seu trabalho, consciência coletiva e exercício da sua cidadania, constroem a nossa sociedade e defendem a nossa Democracia, saudando todos estes trabalhadores e trabalhadoras, os do passado e os do presente, e em especial os da nossa Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, bem como os restantes trabalhadores de Azeitão e Setúbal.

Azeitão, 29 de Abril de 2024.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Azeitão:

Tiago Cardoso Graciete Vasco Gil Raposo Rui Daniel



Agi upamento d

Agrupamento de Escolas de Azeitão - 171049



Escola Básica de Azeitão
Escola Básica de Brejos do Clérigo
Jardim de Infância de Casal de Bolinhos
Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão
Escola Básica de Vendas de Azeitão
Escola Básica da Brejoeira





CONSELHO GERAL

Ata número quarenta e oito

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas dezanove horas, por videoconferência, através da plataforma *Teams*, reuniu o Conselho Geral para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Aprovação da ata da 47ª reunião;
- 2. Parecer sobre a proposta de alteração de denominação do Agrupamento de Escolas de Azeitão;
- Parecer sobre a proposta de abertura de duas turmas de ensino secundário na Escola Básica de Azeitão, no ano letivo 25/26;
- 4. Apreciação de recurso de medida disciplinar;
- 5. Definição dos critérios de avaliação da Diretora.

Estiveram presentes os conselheiros Paulo Bonito, Fernando Alves, Elisabete Guerreiro, Lília Ferreira, Elsa Lopes, Marília Almeida, Alexandra Gomes, Sara Costa, Sandra Costa, Rui Baltazar, Celeste Paulino, Carla Guerreiro, Sónia Paulo, Elisabete Gomes, Graça Pereira, Vanda Coelho e a Diretora, Gisélia Piteira.

Estiveram ausentes os conselheiros Cláudia Ferreira, Teresa Jesus, Ana Paiva, Susana Conceição e Filipe Pires.

1. Aprovação da ata da 47ª reunião.

No primeiro ponto aprovou-se a ata referente à quadragésima sétima reunião do Conselho Geral com catorze votos a favor.

2. Parecer sobre a proposta de alteração de denominação do Agrupamento de Escolas de Azeitão.

Proposta de alteração de denominação do AE de Azeitão, pela Diretora, tal como estava previsto no seu projeto de intervenção, para <u>Agrupamento de Escolas Serra da Arrábida</u>, de acordo com o Decreto-Lei n.º 299/2007 de 22 de Agosto (Republicação do Decreto-Lei n.º 387/90, de 10 de Dezembro), ponto 1b) do Artigo 2, com a respetiva fundamentação e parecer do Conselho Pedagógico. A saber:

Agrupamento de Escolas de Azeitão - 171049



Escola Básica de Azeitão
Escola Básica de Brejos do Clérigo
Jardim de Infância de Casal de Bolinhos
Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão
Escola Básica de Vendas de Azeitão
Escola Básica da Brejoeira



A Serra da Arrábida está intimamente ligada à identidade e ao modo de vida das comunidades locais, que preservam tradições e conhecimentos ancestrais. Trata-se do património natural, cultural e histórico de valor inestimável, com importância e envolvimento em diversas áreas. A sua preservação e valorização são fundamentais para as futuras gerações. Neste sentido, muitas das práticas pedagógicas realizadas no Agrupamento relacionam-se direta ou indiretamente com a Serra da Arrábida e sua envolvência. Uma "escola sem muros", inclusiva, aberta à comunidade e ao meio envolvente, acolhendo cada vez mais alunos de diversas proveniências e nacionalidades, cujas famílias renovam raízes nesta região e a tornam também sua enriquecendo-a. Destaca-se, também, o projeto "Ciências da nossa Serra" que assenta numa parceria com a ACM JYMCA Camp Alambre, que tem vindo a favorecer a concretização de cenários de aprendizagem valorizando uma abordagem de cariz local ao desenho curricular nacional. Este projeto assumiu, desde o início, a Serra da Arrábida como um espaço privilegiado de construção de saberes interligados entre si e tornou-se emblemático do trabalho desenvolvido no Agrupamento. As aprendizagens, realizadas a partir das experiências vivenciadas numa relação direta com o ambiente, têm proporcionado (e continuarão a proporcionar) aos alunos dos diferentes níveis de ensino o desenvolvimento de competências transversais consideradas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, tais como cidadania e participação ativa, respeito pela diferença, responsabilidade, cooperação, colaboração, solidariedade, competências de resolução de problemas e autonomia na construção do conhecimento. Por todas as razões acima referidas, a Serra é, e será sempre, o denominador comum desta comunidade educativa sem fronteiras e a referência mais direta e facilmente reconhecida por todos os que a integram e integrarão no futuro.

O parecer do Conselho Geral foi o seguinte:

- Os conselheiros deram um parecer desfavorável à alteração do atual nome, preferindo a manutenção do nome, Agrupamento de Escolas de Azeitão, com o fundamento deste representar melhor o contexto local e cultural de Azeitão. No entanto, a sugestão apresentada também foi bem acolhida por todos os conselheiros.
- 3. Parecer sobre a proposta de abertura de duas turmas de ensino secundário na Escola Básica de Azeitão, no ano letivo 25/26.

Apresentação da proposta de abertura de duas turmas de ensino secundário na Escola Básica de Azeitão, no ano letivo 25/26, com o respetivo enquadramento por parte da Diretora, de acordo com o Despacho Normativo n.º 2-B/2025, de 21 de março - matrículas e o respetivo parecer do Conselho Pedagógico.

Enquadramento apresentado pela Diretora:

REPÚBLICA FONCACA PORTUGUESA FINOVACAO

Agrupamento de Escolas de Azeitão - 171049

Escola Básica de Azeitão
Escola Básica de Brejos do Clérigo
Jardim de Infância de Casal de Bolinhos
Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão
Escola Básica de Vendas de Azeitão
Escola Básica da Brejoeira



- Proposta de requalificação da Escola Básica de Azeitão com ampliação para incluir o ensino secundário no mesmo espaço. Atualmente tem trinta e cinco espaços letivos. Ficará com quarenta e cinco, incluindo ginásio. Dá resposta a todos os alunos para o ensino secundário.

- Para o próximo ano letivo, atendendo a que há salas disponíveis, a DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) propôs que o Agrupamento de Escolas de Azeitão comece a dar resposta para o ensino secundário, com a abertura de duas turmas, uma do curso de ciências socioeconómicas e uma do curso de línguas e humanidades.
- Foi realizada uma consulta aos alunos de nono ano sobre as suas tendências: dezoito ponderam escolher Humanidades, dezoito ponderam escolher Economia, sete ponderam escolher Artes, trinta e oito ponderam escolher Ciências e Tecnologia, trinta e três ponderam escolher um Curso Profissional, cinco ponderam escolher Desporto, e vinte e seis alunos ainda não sabem que área irão escolher.
- No que respeita à matrícula ou à sua renovação no ensino secundário, de acordo com o Despacho Normativo n.º2-B/2025, de 21 de março matrículas, passa a estar incluída uma regra de prioridade para os alunos que, no ano letivo anterior, tenham frequentado um agrupamento de escolas sem oferta de ensino secundário ou cujo agregado familiar resida numa área sem essa oferta. Ainda neste âmbito, deixa de se prever a possibilidade de os estabelecimentos estabelecerem outras prioridades ou critérios de desempate nos seus regulamentos internos, de forma a permitir a operacionalização central das colocações (alínea f) 6.ª prioridade alunos que residam ou cujos encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do estabelecimento de educação e de ensino pretendido).
- O parecer do Conselho Pedagógico foi o seguinte: a proposta foi aprovada por todas as conselheiras, exceto por uma. A fundamentação da aprovação da proposta deve-se ao facto principal de ser uma mais-valia para os alunos de Azeitão e suas famílias, no que concerne à possibilidade de prosseguimento de estudos no seu meio de residência e/ou trabalho dos pais, e pela continuidade pedagógica, que pode ser uma mais-valia para os mesmos. A proposta foi vista com uma excelente oferta para alunos e comunidade.

O parecer do Conselho Geral foi o seguinte:

- Embora se considere que a proposta de valência de ensino secundário seja uma mais-valia, no futuro, para todos os alunos de Azeitão, assegurando equidade em termos de tempo e possibilidades, nesta altura, a hipótese de poder ter duas turmas no próximo ano letivo, uma do curso de ciências socioeconómicas e uma do curso de línguas e humanidades, não é considerada exequível, devido às questões do espaço, salas e aula de educação física, dificuldades na contratação de pessoal

Agrupamento de Escolas de Azeitão - 171049



Escola Básica de Azeitão
Escola Básica de Brejos do Clérigo
Jardim de Infância de Casal de Bolinhos
Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão
Escola Básica de Vendas de Azeitão
Escola Básica da Brejoeira



docente para áreas específicas, a questão da oferta com qualidade no ensino secundário, falta de condições do refeitório para tantos alunos, não abranger todas as áreas de secundário. A maioria dos conselheiros manifesta a sua discordância com a abertura dessas duas turmas de secundário no próximo ano letivo.



A Câmara Municipal de Setúbal também tem muitas reservas sobre a questão de avançar já com o secundário, a queimar etapas nos diversos pareceres inerentes de quem de direito.

A abertura dessas duas turmas não abarcará a maioria dos alunos em termos de escolha de secundário. Existe a oferta de todas as áreas no Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, em Setúbal.

A maioria dos conselheiros não manifesta concordância com a abertura de duas turmas de secundário no próximo ano letivo devido aos fatores elencados anteriormente. Em termos de verificação / votação dessa concordância, apenas houve dois votos favoráveis à abertura de duas turmas de ensino secundário no próximo ano letivo. Houve doze votos contra e duas abstenções, a remeter para o Conselho Municipal de Setúbal e reunião de Câmara Municipal de Setúbal.

O conselheiro Rui Baltazar fez a seguinte declaração:

"Na sequência da apresentação da proposta de abertura de duas turmas de ensino secundário na Escola Básica de Azeitão, no ano letivo de 2025/2026, gostaria de deixar registado em ata que esta é uma aspiração antiga da comunidade escolar e local, sendo, por isso, um momento muito importante para todos.

Quero declarar, de forma clara e inequívoca, que estou totalmente de acordo com a criação do ensino secundário em Azeitão, e reconheço o mérito da proposta apresentada. No entanto, considero que a abertura de apenas duas turmas - uma de Ciências Socioeconómicas e outra de Línguas e Humanidades - está longe de dar resposta às reais necessidades dos alunos desta comunidade.

Os dados da consulta realizada aos alunos do 9.º ano demonstram que a maioria pondera seguir a área de Ciências e Tecnologias, o que torna evidente que a atual proposta não cobre a diversidade de interesses e aspirações dos nossos estudantes. Existe o risco de se criar uma perceção errada de que a questão do ensino secundário em Azeitão está resolvida, quando, na verdade, esta resposta é ainda limitada e claramente insuficiente.

Reitero, portanto, o meu total apoio à abertura do ensino secundário em Azeitão, mas não nas condições propostas, que considero manifestamente insuficientes para colmatar a carência há muito sentida pelos alunos e famílias da nossa comunidade."

Todos os conselheiros corroboraram e concordaram com a declaração, reforçando a necessidade de criar o ensino secundário em Azeitão, mas nas melhores condições possíveis e com uma vasta oferta de curso / áreas nas suas diferentes e diversas valências (ensino regular e profissional).

Agrupamento de Escolas de Azeitão - 171049



Escola Básica de Azeitão
Escola Básica de Brejos do Clérigo
Jardim de Infância de Casal de Bolinhos
Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão
Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão
Escola Básica de Vendas de Azeitão
Escola Básica da Brejoeira





Ao abrigo do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, Secção III - Casos de Impedimento, Artigo 69°, Ponto 1, alínea b), por motivo de conflito de interesse relativamente aos assuntos em discussão e respetivas decisões dos pontos seguintes da ordem de trabalhos, a Diretora saiu da reunião.

4. Apreciação de recurso de medida disciplinar.

O Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Azeitão procedeu à apreciação e análise de toda a documentação considerada relevante para a decisão do recurso interposto pela Encarregada de Educação de um aluno de quarto ano, recebido pelos serviços administrativos em vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco.

Com base no que foi analisado, o Conselho Geral propõe que a medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, conforme o disposto na alínea a), ponto 2 do artº 28°, da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro, seja alterada para medida disciplinar corretiva de advertência, conforme o disposto na alínea a), do nº2 e nº3, artº 26, da Lei nº 51/2012 de 5 de setembro.

5. Definição dos critérios de avaliação da Diretora.

Neste ponto da ordem de trabalhos, o Conselho Geral procedeu à definição dos critérios de avaliação de desempenho da Diretora e apresentação dos documentos correspondentes, de acordo com a Portaria n.º 266/2012, de 30 de agosto.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da lei.

A Secretária	O Presidente
(Sónia Paulo)	(Paulo Bonito)
Assinado por: SÓNIA CRISTINA PEREIRA PAULO Num. de Identificação: 12812118 Data: 2025.04.09 11:02:19+01'00'	
C+ CARTÃO DE CIDADÃO	Assinado por: Paulo Jorge Batista Bonito Num. de Identificação: 10061667 Data: 2025.04.09 16:51:46+01'00'